



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 5/2014
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 26-09-2014**

*“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado
durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em
vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das
decisões”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 5 da Sessão Ordinária de 26-09-2014

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 26 de setembro de 2014-----

INICIO - Quinze horas e trinta e seis minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha..... PS

MEMBROS - Mário João Menezes Paiva PS

Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais SOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da Cunha PS

José Manuel Pereira da Costa SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Lúis Manuel Mendes Ribeiro PS

João Gomes Lopes SOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes Correia..... PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes PS

José Augusto Fernandes Mateus PS

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

Fernando Miguel Gonçalves Pereira PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa..... SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira..... CDU

Natália Jerónimo Pires SOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE



(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	SOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	SOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	Vitor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 E EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 2014

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação das atas das sessões ordinárias de 30 de dezembro de 2013 e 30 de abril de 2014, e extraordinária de 25 de Abril de 2014."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Adelino Costa Pinto, João Paulo Pinto, Ana Raquel Correia, Susana Oliveira Monteiro, Mário Menezes Paiva, Manuel Rodrigues Nada, e Luis Mendes Ribeiro, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, José Elísio, deliberou, por unanimidade:-----

1 - aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013;-----

2 - aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2014.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

"Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e estar presente em eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar:-----

- da Direção do Coral David de Sousa para o XXII Encontro de Coros;-----

- 29.º aniversário da Freguesia de Bom Sucesso;-----



- da Direção da Associação da Arte Galego Portuguesa, para uma exposição do artista Constantino Cuesta Ibáñez, no Sítio das Artes;-----
- da Casa do Povo de Maiorca, para o Festival Internacional de Folclore de Maiorca- FESTIMAIORCA;-----
- da Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Gândara, para o XXIX Festival de Folclore do Rancho Adulto "As Morenitas da Gândara";-----
- da Casa do Povo de Maiorca, para uma Missa Internacional na Igreja Matriz de Maiorca, integrada no FESTIMAIORCA;-----
- do Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos, para a 4ª edição do Festival Pirata;-----
- do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, para a Feira Industrial, Comercial e Agrícola de Maiorca;-----
- apresentação de Guida Cândido subordinada ao tema «Figueira sob o olhar de Manuel Santos», no Hotel Mercure;-----
- da Associação Sociocultural Aliança, para a ExpoKids;-----
- do Presidente da Junta de Buarcos, para o 34º Festival de Folclore de Buarcos;
- do Presidente da Junta de Freguesia de Alhadas para a edição de 2014 do «FestALHADAS»;-----
- do Presidente da Freguesia de Quiaios, para as Comemorações dos 500 Anos do Foral da Vila de Quiaios;-----
- do Presidente da Freguesia de Alhadas, para as Comemorações dos 500 Anos do Foral da Vila de Alhadas;-----
- da Administração do Hotel Oasis Plaza, S.A para a sua inauguração oficial;----
- do Presidente da Freguesia de Vila Verde para a comemoração do Dia da Freguesia.-----
- Vários convites do Presidente da Câmara para:-----
- a abertura da 1.ª e 2.ª fases da Feira das Freguesias, no âmbito das Festas da Cidade;-----
- o Carnaval de verão na Figueira da Foz;-----
- a cerimónia de entrega da Medalha de Mérito Cultural em Prata Dourada, a título póstumo, ao Senhor António Azenha Gomes, no Grupo Instrução União Caceirense;-----
- a Gala do Fado, no Centro de Artes e Espetáculos;-----
- o Concerto de Encerramento do 7º Festival Internacional de Música e Dança da Figueira da Foz, no Centro de Artes e Espetáculo;-----



- a inauguração oficial do Percurso da Preguiça - Esculturas Urbanas, de Laranjeira Santos;-----
- a 26ª edição da Gala Internacional dos Pequenos Cantores, no Centro de Artes e Espetáculos;-----
- a cerimónia de Homenagem a Manuel Fernandes Tomás;-----
- para a peça de Teatro "Um Violinista no Telhado", promovida pela Sociedade de Instrução Tavaredense;-----
- para as comemorações do 132.º Aniversário da Elevação da Figueira da Foz a Cidade.-----
- Uma Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando nota da realização da Conferência "A Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade";-----
- do Grupo Parlamentar «Os Verdes» a resposta do Ministério das Finanças à pergunta que lhe foi dirigida sobre o encerramento de Repartições de Finanças no distrito de Coimbra;-----
- do Grupo Parlamentar «Os Verdes» a pergunta dirigida ao Ministério da Saúde sobre as limitações no serviço de urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra;-----
- Um Voto de Protesto, subscrito pelos membros da Coligação Somos Figueira e aprovado na sessão da Assembleia de Freguesia de Quiaios de 30 de abril de 2014, exigindo que o Município da Figueira da Foz tome diligências em matéria de requalificação ambiental do Cabo Mondego, reparação de estradas e infraestruturas viárias, integração das ofertas turísticas de Quiaios num plano consolidado do turismo no Concelho;-----
- Uma Moção-Deliberação da Assembleia Municipal de Almada, aprovada em Sessão Plenária, sobre a Privatização da Empresa Geral do Fomento e do capital da AMARSUL."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Inscreveram-se para intervir no período do público as munícipes Patrícia Alexandra Hortelão Carvalho, Alexandra Maria Monteiro Oliveira e Cidália Margarida de Jesus Gaspar Cireneu, para apontarem alguns problemas existentes na Escola Básica do 1.º Ciclo de Quiaios, nomeadamente, as condições do espaço destinado às refeições escolares e a inexistência de um local específico para a prática da atividade extracurricular de educação física.--



Dou a palavra à cidadã Patrícia Alexandra Hortelão Carvalho.”-----
PATRÍCIA ALEXANDRA HORTELÃO CARVALHO: “Chamo-me Patrícia Alexandra Hortelão Carvalho e represento os Encarregados de Educação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Quiaios, tendo sido eleita na reunião de receção aos encarregados de educação, no dia 15 do corrente mês.-----
As crianças de hoje são o futuro de amanhã e conforme semeamos assim iremos colher. Para uma boa colheita, contribuí uma educação condigna, em ambiente que seja favorável ao desenvolvimento integral das crianças. Nada disto se passa na EB1 de Quiaios.-----
Esta Escola, tão próxima desta cidade, 08 km, mais parece estar situada a largos km.-----
Sendo objetiva. a escola a que me refiro, nos dias de hoje, não é atrativa, nem proporciona condições de conforto e bem-estar aos nossos filhos. Aqui englobamos todos os espaços existentes na escola.-----
As salas de aula, têm um aspeto envelhecido, o soalho de madeira está velho e corroído, a caixilharia das janelas está degradada a ponto de deixar passar o frio e a chuva.-----
Em dias de chuva e frio, é-lhes negado o direito a serem crianças, uma vez que nos intervalos não têm um espaço coberto suficiente e eficiente para se abrigarem, pois, o pouco espaço existente deixa passar a chuva e o frio de todos os lados. O mesmo acontece para a prática do exercício físico.-----
O acesso às casas de banho faz-se pelo exterior, expondo, mais uma vez, os nossos filhos ao frio e chuva.-----
Para além de tudo o que já referi, o cenário agrava-se, este ano, com o serviço de refeições numa sala de aula, que não apresenta quaisquer condições de higiene e segurança alimentar, e mais uma vez o que condiciona a prática letiva e lúdica. Somos contra!-----
De referir que, até ao presente, a entidade que nos prestou o serviço de refeições, apresentava todas as condições para o fazer e continua a apresentar. -
Estamos aqui para reivindicar aquilo a que os nossos filhos têm direito.-----
A escola possui capacidade para dar resposta de condições.-----
Então chegou o momento de passarmos aos atos. Queremos prazos, datas, certezas de que alguma coisa vai ser feita e queremos garantias disso.-----
A criação de um espaço multiuso é sem dúvida o ideal para colmatar muitas das lacunas desta escola.-----



Esse espaço serviria como refeitório, para uso das crianças nos intervalos e para a prática da educação física. Também tornaria o acesso às casas de banho um espaço coberto.-----

É isto que vimos pedir! Os nossos filhos merecem e têm direito a melhor.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Do nosso ponto de vista não temos nenhum problema em escutar a senhora, mas após as explicações do Vereador do Pelouro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pereira da Costa.-----

PEREIRA DA COSTA: Eu acrescentaria que não nos opomos, mas a título meramente excecional, porque não podemos cair nesta tendência, que é natural, de a Presidente da Junta de Freguesia sentir obrigação, necessidade ou vontade de responder. Isto tem regras, portanto, a quebrá-las será a título excecional.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador António Tavares.-----

VEREADOR ANTÓNIO TAVARES: “Eu quero agradecer esta intervenção até porque me dá oportunidade de esclarecer junto da Associação de Pais aquilo que nós temos procurado ou tentado resolver.-----

Temos tentado encontrar soluções para alguns dos problemas aqui colocados, isto porque embora eu já me tenha deslocado várias vezes à escola, não tive oportunidade de estar presente aquando da reunião dos técnicos com os pais e os elementos do corpo docente.-----

A EB1 de Quaiaios foi intervencionada no ano passado com uma pintura exterior, apresenta um pátio enorme, de facto sem uma zona de abrigo, onde as crianças possam em dias de chuva brincar ou ter educação física abrigada. Este ano, como é sabido, tivemos que mudar as regras da contratação pública, e o facto de termos que tido que as mudar, colocou-nos um problema, a saber, o de podermos manter a economia social que girava à volta das refeições escolares.-----

Conseguimos, em articulação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho e com os Presidentes de Junta de Freguesia, que na esmagadora maioria das situações as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no terreno, continuassem a fornecer as refeições às escolas.-----

Aquelas em que já se mantinha uma ou outra associação, neste caso a Cercifoz foi lançado Concurso Público Internacional, tendo concorrido além da Cercifoz outras empresas, e tendo saído a Cercifoz como a instituição escolhida para o fornecimento das refeições. É o que está neste momento a acontecer.-----

A Instituição Particular de Solidariedade Social de Quaiaios, a Casa do Povo de



Lavos, que era o local onde as crianças tinham as refeições, foi a única instituição do Concelho, a não aceitar a proposta feita pelo Município, isto é, delegar de competências na Freguesia e esta, em período posterior, fazer um ajuste direto à Casa do Povo de Lavos.-----

Ou seja, a Casa do Povo de Lavos, por discordâncias fiscais que mantinha com os nossos serviços, decidiu não aceitar esta situação e, portanto, nós fomos confrontados com a dificuldade de termos de encontrar o local para as crianças tomarem as refeições.-----

Entretanto, eu tinha-me deslocado à escola para averiguar justamente o mau estado, e não só, do piso das salas, o piso da escadaria também deficitário e, também, a questão da provável construção de um telheiro, e confrontei-me com o facto de haver uma sala que estava a ter um uso abaixo da sua capacidade.-----

Propus que essa sala pudesse servir de sala de refeições, o que traria alguns benefícios para as crianças porque estas não teriam de sair da escola, fariam as suas refeições dentro da própria escola, e seria muito mais fácil o acompanhamento, e o serviço para a empresa que o presta, neste caso a Cercifoz.-

Entretanto, fui informado pela Presidente da Junta, que é também coordenadora desta Escola Básica do 1.º Ciclo, que os pais e ela própria não viam com bons olhos aquela sala ficar adstrita ao serviço de refeições.-----

De imediato, partimos também para a procura de outras soluções. E as outras soluções que se nos ofereceram, foi a possibilidade das crianças terem as refeições numa coletividade mesmo ao lado da escola, solução que também se veio a inviabilizar porque se levantavam, também, problemas com os acessos das crianças à escola. Isto é, haveria demasiados degraus, sítios por onde as crianças tinham de passar que poderiam pôr em causa a sua segurança. Acabamos por avançar também com uma terceira solução que era a Cruz Vermelha, situada mesmo por detrás da escola, aliás, atravessando uma rua que não tem praticamente trânsito nenhum.-----

A Cruz Vermelha tinha uma sala disponível que não oferecia, no entanto, todas as condições. A Câmara Municipal deslocou dois homens para fazer o arranjo dessa sala, iniciou-se o arranjo da mesma, mas quando o ano letivo se iniciou a sala não estava ainda concluída. E assim, voltamos à situação da tal sala na própria escola onde as crianças têm as aulas, e aí têm vindo a ser servidas as refeições.-----

Eu estive presente no primeiro dia em que as refeições foram servidas, com a



Presidente da Junta e coordenadora da escola e com uma professora e, de facto, constatamos que não havia qualquer problema nem dificuldade em relação ao facto das crianças estarem a ter as refeições naquele local.-----

De resto, entretanto, já tínhamos avançado com um procedimento para proceder ao arranjo do piso da escola que se encontra deteriorado. Aliás, o concurso está lançado, e eu já enviei um ofício à Presidente da Junta dando-lhe nota de que o ajuste para a beneficiação dos pisos já está em andamento, ronda o valor de 12 mil euros, e que esperamos iniciar a intervenção no início da segunda quinzena de outubro.-----

Nessa altura, a empresa escolhida irá iniciar a intervenção no piso da escola procedendo também ao arranjo dessa sala, que tem sido subaproveitada, para servir de refeitório para as crianças.-----

E aquilo que transmiti à Presidente da Junta foi que iríamos proceder a um levantamento, através dos nossos serviços, acerca da possibilidade de se vir então a construir o refeitório, por ela colocada e que sabíamos ser também a dos pais.-----

O telheiro poderia depois vir a enquadrar um provável refeitório. O meu ofício diz «continuaremos a enquadrar a possibilidade de construção de uma obra exterior que possibilite aos alunos poderem estar abrigados durante os tempos livres e a prática de educação física. Para o efeito, solicitei aos serviços de estudos e projetos que seja levado a cabo o projeto e respetivo orçamento desta intervenção...».-----

Portanto, os nossos serviços iriam analisar a possibilidade de levar por diante esse telheiro com a possibilidade, ou não, de nele ser enquadrado o refeitório.

O Município diligenciou sempre no sentido de encontrar uma solução para as refeições. Neste momento, julgamos que as crianças têm condições para terem as refeições na sala onde as estão a ter com a intervenção que será feita nessa sala. Vai ser levantado o soalho, vai ser colocado um piso betuminoso e vai ser colocado um linóleo para que as condições higiénicas sejam outras.-----

Nós cremos que até ao final do mês de outubro a intervenção estará concluída.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Fernanda Marques Lorigo -----

FERNANDA MARQUES LORIGO: “Sempre lutei pela igualdade, não pela exceção. e não seria certamente aqui nesta Assembleia que eu queria ser a exceção. A minha intervenção vai ser muito breve e faria certamente mais sentido se tivesse sido



feita antes.-----

De qualquer forma não poderei deixar de dizer apenas duas palavras. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Quaiaios apenas quero dizer que estou solidária com a posição manifestada pelos pais dos alunos da EB1 de Quaiaios, que tão só vêm tornar pública a posição por mim defendida junto de todos aqueles que considero responsáveis pela resolução deste problema.

É preciso uma resolução urgente e eu acredito que isso vai acontecer. Também acredito nas palavras e na boa-fé de todos os envolvidos.-----

Para concluir, referirei - há que investir no capital humano, pois, do bem-estar de hoje das nossas crianças dependerá com toda a certeza o bem-estar de todos nós no amanhã."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

A - RETIFICAÇÃO AO ANEXO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO JOÃO GASPAR SIMÕES, APROVADO NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE JUNHO DE 2014

PRESIDENTE: "A mesa dá nota à Assembleia que na sessão de 27 de junho último foi aprovado o Regulamento do Prémio Literário João Gaspar Simões. Acontece que no anexo deste Regulamento, por lapso, consta como montante do prémio a verba de 3.000,00 € mil euros, quando deveria constar 2.500,00 €, pelo que se efetuou a respetiva correção.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - MARCAÇÃO DE ELEIÇÕES INTERCALARES PARA A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO

PRESIDENTE: "A mesa tem em seu poder um ofício do Presidente da Câmara dando nota que, na sequência da renúncia do Presidente da Junta da Freguesia de S. Pedro, e de 14 dos 18 elementos da lista do Partido Socialista, pela qual concorrera no dia 29 de setembro de 2013, foram desencadeados os procedimentos administrativos tendentes à marcação de eleições intercalares para aquela Assembleia de Freguesia.-----

Essas eleições foram marcadas por despacho do Secretário de Estado da Administração Local de 11 de agosto de 2014, publicado na 2ª série do Diário da República de 20 do mesmo mês, para o dia 19 de outubro de 2014.-----

Por força destes acontecimentos, os membros da assembleia nesta sessão serão 40, dado a Junta de Freguesia de São Pedro aqui não estar representada.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



C - INCLUSÃO DE PONTOS NA ORDEM DE TRABALHOS

PRESIDENTE: "Proponho que sejam incluídos na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para serem discutidos nesta sessão, os seguintes pontos:

- Proposta de Regulamento do Festival de Teatro Jovem (Cena);-----
- Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica concedida pela Assembleia Municipal na sua Sessão de 30 de dezembro de 2013 - Para Conhecimento;-----
- Proposta de Voto de Congratulação e Reconhecimento pela Eleição do Vereador João Armando para Presidente do Comité Mundial do Escutismo, apresentada pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Ana Raquel Correia, Susana Oliveira Monteiro e José Matias Tavares, deliberou, por unanimidade, incluir estes três pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - ATIVIDADE DA COMISSÃO PERMANENTE

PRESIDENTE: "A Comissão Permanente constituída no termos do Regimento da Assembleia procurou aproximar-se dos munícipes, ouvindo os anseios dos fregueses e servir-lhes de interlocutor entre estes e os órgãos deliberativos e executivo, participando e colaborando ativamente com o órgão colegial Câmara Municipal. Nesse sentido, iniciei em junho um périplo de reuniões mensais a realizar nas Freguesias, na sede da Junta de Freguesia ou em local a acordar pelo Presidente da respetiva Autarquia. Foram já visitadas duas freguesias, Alqueidão e Ferreira-a-Nova.-----

Em Alqueidão a ordem de trabalhos que integrou os temas da educação primária, pré-primária e a falta de valências para crianças até aos três anos de idade, a deslocalização da unidade de saúde para Paião, a rede viária bastante danificada na Freguesia, o saneamento e o abastecimento de água, com as estradas a serem mal compactadas com as conseqüentes enchentes em tempos de chuva, a falta de apoio à terceira idade em termos de rede social, a incapacidade para realizar obras por parte dos proprietários que têm edifícios integrados em áreas de reabilitação urbana da Freguesia e, finalmente, as valadas, chamando à atenção designadamente para o estado do campo que mal chove fica logo inundado.-----

Em Ferreira-a-Nova a ordem trabalho abrangeu temas como a falta de policiamento regular por parte da Guarda Nacional Republicana, com o conseqüente aumento de



furtos e insegurança das pessoas, a rede viária com necessidade de pintura de passadeiras, sinalização e linhas, principalmente nas estradas florestais, a indicação de cruzamentos perigosos e com falta de espelhos, a sensibilização para a condução junto às escolas. A educação, com as escolas e precisarem de obras de manutenção. A saúde, com a falta de transportes para os doentes se deslocarem para tratamentos, e as obras, da capela mortuária, no parque infantil e nas Ruas 25 de Abril e Rosas de Maio, entre outras.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - EXTENSÃO DE SAÚDE DO ALQUEIDÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Luis Miguel Bento. -

LUIS MIGUEL BENTO: "Venho, por este meio, solicitar à Assembleia Municipal que interceda junto das autoridades competentes para que os alqueidanenses tenham uma vida mais digna.-----

Na reunião da Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, a 18 de julho de 2014, foi abordado, entre outros, o problema dos cuidados mínimos de saúde na Freguesia do Alqueidão. Hoje, aqui, pretendo reforçar o pedido de apoio e de ajuda tendo em vista uma resposta que inverta o estado atual.-----

Entendo por bem fazê-lo depois de, em Assembleia de Freguesia datada de 27 de setembro de 2011, ter sido deliberado, por unanimidade, questionar as entidades competentes sobre o encerramento da Extensão de Saúde de Alqueidão, e nada nos ter sido respondido pelas mesmas.-----

De acordo com os últimos dados fornecidos pelos Censos 2011, a Freguesia de Alqueidão apresenta um índice de envelhecimento muito expressivo (cerca de 52,70%). A faixa etária desta população situa-se entre os 70 e os 80 anos respetivamente.-----

Curioso, devo dizer, que sou o autarca mais jovem do Concelho da Figueira da Foz, com 39 anos de idade e estou a defender e a lutar por cuidados mínimos de saúde para um povo com uma facha etária envelhecida, mas que me elegeu.-----

Estas pessoas não têm recursos financeiros para pagar transportes públicos e, muito menos, pagar a um táxi que as transporte para a Freguesia vizinha, o Paião. São cerca de 10 km ida e volta.-----

Coloco a seguinte questão - se anteriormente ao encerramento da Extensão de Saúde a Freguesia tinha dois médicos e enfermeiros a laborarem cinco dias por semana com condições para servir a população, e já não era o suficiente, imaginem agora sem nada!...-----



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros Deputados, estamos a falar de pessoas humanas, que trabalharam uma vida inteira, muitas delas vivem sozinhas, são viúvas e sem recursos financeiros. Tive a particularidade de efetuar o pagamento de pensões este mês de setembro e a média por pessoa situa-se nos 279,00 €. Isto é grave!!!-----

Eu não pretendo sensibilizar a Assembleia Municipal para uma reabertura da Extensão de Saúde, o que eu quero, é efetivamente cuidados mínimos de saúde para a Freguesia que lidero.-----

Seria suficiente para os Alqueidanenses arranjar-se uma Unidade Móvel de Saúde constituída por um médico e por um enfermeiro e com duas visitas semanais. Esses mesmos profissionais de saúde, avaliariam o estado do doente, mediriam a tensão, os diabetes, e o médico prescreveria o necessário para que estas pessoas possam ter uma vida mais digna!!! É só o que pretendo.-----

É básico, não tem ciência, é assim tão complicado? É assim tão difícil?-----
Entrego cópia da ata da deliberação a Assembleia de Freguesia datada de 27 de setembro, bem como, uma cópia da carta enviada à Administração Regional de Saúde do Centro, datada de 26 de outubro, e à qual não tivemos absolutamente resposta nenhuma. e junto também o relatório de avaliação de execução do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, mencionado no quadro onze a figura 14 e a figura 15.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Subscrevemos a lamúria do Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão, mas achamos que ele devia mesmo tentar mobilizar as populações para que fossem abertos serviços de saúde de proximidade, pois essa exigência não lhe ficaria nada mal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Preocupa-me na realidade que continuemos a pensar que «com o mal dos outros posso eu bem». Quero com isto dizer que o assunto referido pelo Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão é também uma dor minha. Não é só dele.-----

Todo o mal de que a Freguesia do Alqueidão e outras se possam queixar hoje, sobre a Saúde, é um reflexo do estado da Saúde a nível nacional.-----

O Serviço Nacional de Saúde passou a ser Sistema Nacional de Saúde. Só a troca do nome diz muito.-----



O nosso Serviço Nacional de Saúde tem de mudar de paradigma. Foi criado para resolver o problema da doença, mas nós temos de ter um Serviço Nacional de Saúde dedicado à Saúde.-----

O Vereador Carlos Monteiro deve estar lembrado que, no primeiro ano que assumi funções na Assembleia Municipal, apresentei um plano que discuti com o, então, Diretor do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II Baixo Mondego, no qual não se encerraria nenhuma Extensão de Saúde. E era fácil resolver o problema. Agora, se o meteram no caixote do lixo ou dentro de uma gaveta e nunca mais olharam para ele, o problema aí já não é meu, mas passa a ser nosso. Desempacotem-no e olhem para ele outra vez.-----

Nós sabemos que não temos profissionais de saúde em número suficiente para os nossos Hospitais e Centros de Saúde, mas não me custaria nada acreditar que se soubéssemos apelar ao chamado Juramento de Hipócrates, e não ao Juramento Hipócrito, os profissionais de saúde, recentemente reformados, não se importariam de dar «uma perninha» para auxiliar aqueles que precisam.-----
É só uma questão de nos organizarmos e criar condições para que isso surja.”----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - OBRAS NA RUA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Nós gostaríamos de perguntar as razões da demora das obras na Rua da República. É um transtorno danado e se, entretanto, começa a chover, conforme a meteorologia já nos vem ameaçando, eu estou um bocadinho preocupada como será que os peões se vão safar, passo o termo, naquele local.---
A maquineta, isto é um nome carinhoso que eu lhe quero dar, anda lá há uma série de dias, mas de facto, dá-me ideia de que aquilo nem para trás nem para diante, mais parecem as obras de Santa Engrácia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara.-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: “Pelo menos, relativamente às questões suscitadas sobre as obras na Rua da República, eu peço ao Presidente da Assembleia Municipal para ser o Vereador Carlos Monteiro a responder, por se encontrar mais por dentro desses dossiers.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Carlos Monteiro.-----

VEREADOR CARLOS MONTEIRO: “Eu entendo a questão colocada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, mas esta obra foi concertada com a Associação Comercial



e Industrial da Figueira da Foz, comerciantes e praticamente todos os interessados e intervenientes ali da zona.-----

As obras iniciaram-se num período de pouca chuva, são obras de grande monta e a autarquia foi criticada por estar a fazê-las na altura do Verão. Simultaneamente, somos agora criticados por elas ainda não estarem concluídas no outono.-----

Eu compreendo, é um bocadinho como acontece em nossas casas, todos queremos as obras e elas são necessárias, mas mal entram os pedreiros nós só queremos vê-los fora de casa.-----

Esta empreitada tinha um prazo de 60 dias e um orçamento de aproximadamente 100 mil euros, prevendo a colocação de um coletor da Rua 10 de Agosto até ao Parque de Estacionamento e a abertura de sargetas na Rua da República. A obra atravessa os coletores com um metro de altura, e praticamente todas as infraestruturas da cidade. Encontramos telecomunicações, saneamento, energia elétrica, sendo, portanto, uma obra complexa. Aliás, se assim não fosse, o problema da água a entrar nas lojas da Rua da República, que eu conheço há 40 anos, não existia.---

A empreitada iniciou-se em finais de agosto, porque os serviços, e bem, tinham preocupação com as chuvas intensas e com a dimensão das valas a serem abertas, isto é, o risco era muito grande.-----

Mas, quando se começaram a fazer as escavações que tinham de ir a 3,40 m, mal se chegou aos 2,20 m já se encontrou água e houve que reformular o projeto. As obras estão praticamente concluídas, falta asfaltar a travessia da Av.ª Saraiva de Carvalho e da Rua 10 de Agosto até ao Parque, e a sua parte mais estratégica, a saber, implantar o coletor junto ao Parque de Estacionamento.-----

Já está feita uma tubulação que sobe do coletor e com dois tubos de 500 sai praticamente ao nível do Parque de Estacionamento, nível esse acima da praia mar, e abaixo da zona mais baixa da Rua 10 de Agosto.-----

Na minha perspetiva, as obras correram muito bem e eu terei o máximo prazer em mostrar a quem estiver interessado, todas as estruturas que foram necessárias atravessar, todo o cuidado que teve de se ter, para não se cortar água, esgoto, energia elétrica, comunicações, etc. A asfaltagem demora algum tempo pois os solos têm de sedimentar, após serem remexidos tem de haver um tempo de abatimento para se poder colocar o alcatrão.-----

Eu acredito que, se não chover, a obra estará praticamente concluída nos próximos 15 dias."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - INÍCIO DO NOVO ANO LETIVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Vou ler um texto que não é só local, ele tem infelizmente âmbito nacional, e refere-se ao novo ano letivo.-----

«Uma vez mais, o ano letivo começa mal, mas... desta feita «exageraram».-----
Setembro é para as crianças e jovens deste País, um motivo de festa: regresso à escola, reencontro com amigos, novas realidades e desafios. Mas a festa está, em muitos casos, bastante estragada.-----

Muitos milhares de alunos, continuam, um pouco por todo o lado, sem aulas ou, no mínimo, sem professores que assegurem a lecionação de todas as suas disciplinas. Esta é uma das consequências mais graves do atraso no lançamento dos concursos e da forma incompetente como o Ministério da Educação e Ciência os realizou, numa trapalhada que já provocou pedido de desculpas por parte da tutela e a demissão de um responsável. Triste consolo!-----

Queremos recordar, nesta Assembleia que, ao contrário do que tem sido afirmado pelos governantes, os professores ainda a colocar não são tão poucos como pretendem fazer crer, abrangendo docentes contratados e dos quadros. Estima-se que, no total, estarão ainda por colocar cerca de 4.000 a 4.500 docentes (de vários «tipos»). Se, em média, cada docente tiver 100 alunos, é fácil concluir que perto de meio milhão ainda não terá todos os seus professores.-----

Nas escolas, os problemas por resolver são graves, persistindo as dificuldades do Ministério para lhes dar resposta:-----

- Estão por corrigir as listas de colocação através das Bolsas de Contratação de Escola;-----

- Não estão resolvidos os erros cometidos na fase de contratação inicial e de colocação de docentes com horário-zero;-----

- Subsistem as dificuldades em substituir docentes destacados ou em situação de doença;-----

- Verifica-se uma clara resistência à colocação do número adequado de docentes de Educação Especial;-----

- As escolas do ensino artístico especializado ainda não têm a situação do seu corpo docente regularizada.-----

A Coligação Democrática Unitária e o Partido Comunista Português responsabilizam



o Ministério da Educação e Ciência por toda a perturbação provocada neste início do ano letivo, em particular no que diz respeito à colocação de professores e às respostas devidas aos jovens alunos, reclamando a mais rápida resolução dos problemas surgidos, permitindo às escolas os adequados climas de rigor e tranquilidade capazes de proporcionar condições de trabalho frutuoso, de sucesso e satisfação pessoal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Assisti aqui hoje, a uma situação enfim, um grupo de representantes dos pais da Escola de Quaios manifestarem alguma preocupação em relação ao equipamento e às melhorias que podem ser feitas na mesma.----- Também acho que devemos registar a preocupação do Vice-Presidente da Câmara, que tem o pelouro, já tinha sobre a questão, bem como, o compromisso que aqui assumiu de responder favoravelmente à reclamação.-----

Mas, também, me apraz que as coisas tenham corrido substancialmente bem em relação ao arranque do ano letivo no Concelho da Figueira da Foz. É bom para comunidade escolar da Figueira da Foz saber que, ao longo dos anos e sucessivamente, com um ou outro pormenor que possa ter acontecido, não tem sofrido grandes conflitos no início do ano escolar.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - ACORDO DE CONCERTAÇÃO SOCIAL/SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária criticam vivamente o acordo de Concertação Social que aprovou o aumento do salário mínimo nacional para os 505 euros a partir de outubro. Este «rebuçado eleitoral», além de tardio, como aliás convinha, manifesta-se claramente insuficiente, face às condições de vida dos portugueses pagos pelo salário mínimo. O aumento agora anunciado é de tal forma insuficiente que continuará a deixar milhares de trabalhadores no limiar da pobreza.----- Ele configura mais uma estratégia de beneficiação do patronato. O Governo encontrou através da redução da TSU de 23,75% para 23%, outra forma de financiar os patrões, para que estes aumentassem o salário mínimo nacional transferindo o esforço para outras mãos.-----

A este respeito, continuamos a defender a alteração do valor do salário mínimo



nacional para os 515 euros, com efeito retroativo a junho de 2014, como é da mais elementar justiça, e um aumento para os 540 euros, a partir do início do próximo ano.-----

Os principais setores económicos do país reúnem todas as condições para responder a esta reivindicação.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - AUSÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Eu começaria aqui por manifestar uma mágoa que se prende com a ausência de toda a comunicação social, num dia em que se vai debater aqui nesta sala, presumo eu, ou pelo menos tenho essa convicção, um dos documentos mais importantes que passou por cima das nossas mesas, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz.-----

Reconheço ser muito importante a visita do Presidente da República, mas nós vamos aqui debater um documento que, em minha opinião, é muito superior em termos de interesse para o Concelho.-----

Esta sala e estas escadarias envolvem-se em alguma alegria quando há Assembleias Municipais, pois, é quando nos encontramos a debater os assuntos para que os outros ouçam. É a nossa vivência! Fomos eleitos para isso - para a defesa do Concelho da Figueira da Foz.-----

Registo com prazer que se têm passado algumas coisas nesta Assembleia Municipal que não se passavam no passado, como o caso de hoje, onde se permitiu uma troca sadia de impressões a seguir à intervenção do público.-----

Acho até motivador que as pessoas cá venham expor os seus problemas, só que depois tenho alguma dificuldade em perceber que se vão embora sem ouvir os esclarecimentos e/ou respostas às questões colocadas. Talvez seja porque, entretanto, enquanto intervinham, alguns brincavam, outros enviavam mensagens de texto pelos telemóveis, e então, as pessoas um pouco agastadas acabam por se ir embora...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Queria aqui publicamente fazer um apelo ao Presidente da Assembleia Municipal, que eu na próxima Assembleia Municipal transformarei num Voto de Protesto veemente, para que contactasse as direções de todos os jornais da Figueira da Foz, e se insurgisse, em nosso nome, contra a ausência dos



jornalistas nesta sessão.-----
Considero absolutamente inadmissível que isto aconteça. Como deve calcular, apesar do gosto que todos temos em conversar uns com os outros, temos necessidade política de transmitir as nossas mensagens lá para fora, porque o Povo lá fora é que tem de avaliar da bondade ou da maldade das nossas atitudes, pensamentos e sugestões."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - CAMPEONATO NACIONAL DE TRAUMA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Há coisas que são pouco divulgadas, se calhar, se forem uns chutos na bola e uns golos, ou uns tiros ao alvo, seriam mais divulgados...--- Por isso, apesar de não ter tido grande divulgação, quero deixar aqui o meu preito à equipa dos Bombeiros Municipais, que tão bem dignificaram a Figueira da Foz no Campeonato Nacional de Trauma.-----

Registo um reconhecimento particular aos Bombeiros de 2.ª classe Wilson Gomes e Orlando Ribeiro que ganharam o Campeonato Nacional de trauma, ou seja, no suporte de vida aos traumatizados.-----

Fico feliz por isso, porque temos um corpo de Bombeiros Municipais que não passará o dia a jogar xadrez e cartas, mas de facto, treinam-se, motivam-se e conseguem estes resultados, e outros.-----

Sinto-me muito mais seguro e todos nos devemos sentir também assim, quando sabemos que numa situação de aflição teremos alguém junto de nós que pode significar a diferença entre a morte e a vida!-----

E também espero e desejo para eles êxitos na sua deslocação a Inglaterra, entre os próximos dias 8 e 13, para um outro concurso a nível internacional, e onde vão competir Bombeiros de 22 países."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - VERÃO/2014 - INICIATIVAS LEVADAS A CABO PELO MUNICÍPIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Deixo aqui o meu manifesto reconhecimento pela enorme quantidade de iniciativas levadas a cabo, este ano na Figueira da Foz, na época de verão.-----

O meu reconhecimento a muitos particulares alguns deles muito jovens, outros já



nem tanto, que muitas vezes arriscando inclusive os seus meios financeiros, conseguiram criar na Figueira da Foz um movimento como já não se via há muito, a custos muito reduzidos para o erário publico.-----

A minha gratidão à Câmara Municipal por todo o apoio prestado a estas iniciativas, dentro das suas próprias possibilidades.-----

Estas iniciativas não puseram a Figueira da Foz no mapa, mas animaram o Concelho. Que seja um bom princípio para se continuar para o futuro!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Apesar de um verão extraordinariamente atípico, com mau tempo; vento, chuva e temperaturas abaixo do normal, a época balnear de 2014 foi um sucesso!-----

A Figueira da Foz registou um aumento considerável de veraneantes. A cidade fervilhou de pessoas, de iniciativas e de vida como há muito tempo não víamos. Foi a melhor época balnear dos últimos anos!-----

Para isso contribuíram alguns fatores dos quais enumero alguns: Variados eventos culturais, desportivos, lúdicos, para todos os gostos e para todas as faixas etárias. Quer adultos quer os mais jovens todos foram tidos em conta. Posso citar por exemplo «O verão também é no CAE», com belíssimos espetáculos quer no foyer, quer na esplanada ou na envolvente do Centro de Artes e Espetáculos, quer nas salas de espetáculos; o Sunset da RFM; o Electric Wave Fest; o Fusing Culture Experience, o Bom Sucesso Summer Fest; o Ecobike Tour; a Meia Maratona; o Campeonato Europeu de Bodyboard Open e Feminino; Wave Surf Experience e Surf Board Test; Torneio de Futebol Hugo Almeida; Fun Bubble Run, Carnaval de Verão; Festimaiorca, Festival Pirata Português; Desfile noturno de Escolas de Samba; Findagrim; Festival de Cinema (Figueira Film Art); Festivais Gastronómicos; Animação de Rua; Gala dos Pequenos Cantores; II Feira do Livro e das Artes da Figueira da Foz 2014; a Feira de Artesãos e Criadores; Percurso da Preguiça com as belíssimas Esculturas Urbanas de Laranjeira Santos; Verão Total da RTP, Olha a SIC e «Tem um Minuto» da RTP; O Casino Figueira da Foz com as enchentes registadas com noites dedicadas a diversos países e que tem esgotado.-----

Numa palavra: todos estão de parabéns! Operadores privados; Associações; Clubes; Coletividades; Comércio, Bares, Discotecas, Restaurantes, Hotelaria e mais alguns que, porventura, me falhem! Todos deram o máximo e tornaram possível o sucesso!-----



A Figueira da Foz está a voltar a ter o reconhecimento e a procura que merece e se deseja. Agora é melhor cada vez mais, olhar para o futuro com esperança e confiança, e explorar novas vertentes, como a que já foi iniciada com êxito e que é: combater o grande problema da sazonalidade, com várias iniciativas que estão a ser estudadas e que passam pela repetição do êxito virado para o Turismo de Lazer que já trouxe à nossa cidade, em época baixa, um número bastante significativo de visitantes!-----

É, pois, creio, um grande motivo de satisfação para todos nós, que almejamos o melhor para a Figueira da Foz e seus habitantes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Mário Silva Esteves.-----

MÁRIO SILVA ESTEVES: "Em relação à época balnear, tal como já o dissemos publicamente, não fomos muito felizes com os meses de junho e julho. Já em agosto e as duas primeiras semanas de setembro, efetivamente tivemos um número mais acentuado de visitantes.-----

Gostaria de acrescentar que a época balnear não se resume tão só a um mês e meio, mas no mínimo a três meses.-----

É verdade que tivemos alguma animação, melhoramos neste capítulo, mas preocupam-me as unidades de turismo, restauração, similares e, de uma maneira geral, todo o comércio e serviços que também dependem muito deste setor.-----

Precisamos de muito mais, e eu lembraria aqui nesta Assembleia as posições tomadas ao longo do ano - a revisão da calendarização destas atividades nomeadamente na altura das Festas de S. João, e a planificação de atividades ao longo de todo o ano e não só na época de veraneio.-----

Temos o rio, a Morraceira, a salina, a serra, o Cabo Mondego, a praia, e a melhor zona de iodo da Península Ibérica, que como bem sabem, vai de Pedrogão até Mira. Deveríamos aproveitar também este aspeto, todo um potencial para trabalhar em turismo. Tal como temos dito de maneira persistente, se me permitem o termo - o turismo na Figueira da Foz continua a ser uma pedra preciosa por lapidar.-----

É urgente que se defina uma estratégia para o turismo da Figueira da Foz.-----

Muitas críticas se ouviram sobre a praia - a limpeza deficiente dando o aspeto de abandono e até a ideia de ali não existir mar, a grande dificuldade de mobilidade para se chegar à zona de banhos, etc...-----

A agenda de animação deve ser mais bem planeada, pois várias vezes os eventos



sobrepõem-se nuns fins-de-semana e noutros não os há, como aconteceu durante o período do Sunset, com o Rugby a coincidir. Falo concretamente do Carnaval de Verão, que só por si, podia e deveria ser explorado como atração extremamente importante para um fim de semana, e não enquadrado apenas num domingo, passando, por isso mesmo, quase despercebido.-----

Portanto, a Figueira tem tudo e não precisa de inventar muito para melhorar a funcionalidade e a dinâmica do seu turismo!-----

De uma maneira geral, congratulo-me com as iniciativas que ocorreram, mas gostaria uma vez mais de chamar à atenção para não embandeirarmos em arco em relação a mês e meio onde tivemos maior acentuação de verão. É que muita gente depende destas atividades. Não cruzemos os braços e tentemos que o próximo ano seja, pelo menos, tão bom como este foi e, se possível, muito melhor.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Eu queria acrescentar algo ao que tinha lido anteriormente. É tão só dizer que me esqueci de referenciar a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e o papel importante que tiveram na animação de Verão.”--

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - MAU ESTADO DAS ESTRADAS DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Vou ser muito sucinto, relativamente a um assunto abordado recorrentemente nas reuniões das Comissões Permanentes, primeiro em Alqueidão e depois em Ferreira-a-Nova.-----

O péssimo estado das estradas no Concelho da Figueira da Foz é certamente um tema que nos preocupa a todos, foi referido abundantemente em Alqueidão, e foi também mencionado em Ferreira-a-Nova.-----

Justamente em Ferreira-a-Nova, o Vereador Carlos Monteiro mencionou um estudo feito pela Câmara Municipal apontando para a necessidade de se despender uma verba de 10 milhões de euros para repavimentar todas as estradas do Concelho da Figueira da Foz, ou seja, cerca de 25 % do Orçamento anual do Município.-----
Obviamente, trata-se de uma verba astronómica, e eu gostaria de colocar algumas questões. Poderemos ter acesso a esse estudo/projeto? Há alguma calendarização para o início dos trabalhos? E, porque isto interessa aos Presidentes de Junta aqui reunidos, quais são as freguesias onde as obras se iniciarão primeiro?”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara.-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: “Pelo menos, relativamente às questões suscitadas



sobre o mau estado das estradas do Concelho, eu peço ao Presidente da Assembleia Municipal para ser o Vereador Carlos Monteiro a responder, por se encontrar mais por dentro desses dossiers."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Carlos Monteiro.-----

VEREADOR CARLOS MONTEIRO: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, o Concelho da Figueira da Foz tem 250 Km de caminhos florestais, 32,5 Km de caminhos municipais, 47,6 Km de estradas florestais que não são do Município, mas, infelizmente, também estão num estado mau, como é do conhecimento público, 974 Km de estradas municipais, e tem 76,5 Km, ou metade, de estrada nacional. Se contarmos nos dois sentidos a A17 tem 76,5 Km, e se contarmos só as duas vias, temos metade disso. Portanto, é este o panorama!-----

Relativamente ao estudo que eu referi nas reuniões da Comissão Permanente, é um estudo de bom senso. Realizaram-se reuniões com os Presidentes de Junta, ainda no anterior mandato, auscultaram-se as suas prioridades, fomos ao terreno verificar, e efetuamos um levantamento para se ter uma ideia e uma estimativa para se planearem as intervenções.-----

Agora, deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, permita-me que lhe diga que o estado das vias não ficou assim nos últimos quatro anos, mas sempre e todos os dias se vai deteriorando, e que 10 milhões não se conseguem disponibilizar de um momento para o outro. Aliás, os Orçamentos Municipais têm sido acompanhados por V. Ex.ªs e sabem o que é possível ficar disponível para asfaltamento. E quando a situação bate muito no fundo é muito difícil de recuperar.-----

Aquilo que temos feito é, mediante as necessidades apresentadas pelas Juntas de Freguesia, avaliarmos in situ para percebermos quais são as mais prementes para o Concelho. É este o trabalho que tem sido feito.-----

Direi, ainda, que este ano foi disponibilizado para asfaltamento, até ao momento, cerca de 320 mil euros. E a prioridade foi dada a asfaltamentos na zona rural, porque também começa a ser um bocadinho norma dizer-se que só nos preocupamos com a Cidade, e isso não é verdade!-----

Permitam-me ainda só acrescentar, e vou pedir ao Presidente da Junta de Freguesia de Tavadede para cometer aqui uma inconfidência, que independentemente dos asfaltamentos que estamos a executar, o imprevisto com o Inverno custou, só em Tavadede - Rua do Saltadouro 74.980,00 € mais Imposto sobre o Valor Acrescentado a 6%, Rua Frei Álvaro Teles 103.150,00 € mais Imposto sobre o Valor Acrescentado a 6%, Estrada de Mira, uma das prioridades do Concelho, e se houver



este ano disponibilidade para ser intervencionada orçará os 60.00,00 €. Mas, o Presidente da Junta de Freguesia de Tavadede tem outras duas prioridades que custam cerca de 40.000,00 € cada uma, provavelmente não têm enquadramento neste ano e não será possível satisfazê-las. -----
Portanto, é este o estado das estradas no nosso Concelho. Agora, se me pergunta - há um planeamento? Há uma previsão de custos? Há. Há uma perspetiva de intervenção? Sim e não, porque só este ano com as situações climatéricas nós gastamos em intervenções, na ordem dos 300 mil euros, para as estradas estarem a funcionar. Isto para dizer que o planeamento nestas coisas é difícil.-----
Ficariamos nós satisfeitos se tivéssemos de fazer apenas manutenção. Infelizmente, temos de fazer manutenção e recuperação daquilo que se tem degradado ao longo de dezenas de anos, e não tem sido mantido. A estes valores deve acrescer todo o trabalho, que não tenho aqui contabilizado, das equipas da Câmara Municipal que, semana após semana, andam com massa asfáltica e tout venant a fazer a manutenção possível."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - COMEMORAÇÃO DO 132º ANIVERSÁRIO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAS SOUSA: "A ocupação do lugar ao qual hoje se denomina Figueira da Foz remonta à pré-história. As suas condições naturais e geográficas fizeram deste território um polo de atração e desenvolvimento ao longo dos séculos. Em 1771 este povoado foi elevado à categoria de vila e a 20 de setembro de 1882, devido ao seu crescimento e acessibilidades renovadas, a Figueira da Foz alcança a elevação a cidade. Foram muitos, os nossos antepassados, que se esforçaram para criar esse grau de desenvolvimento, atingindo assim este tão sonhado estatuto. Em memória de todos os que zelaram pelo crescimento desta urbe, somos devedores em termos cívicos da comemoração desta efeméride com a dignidade e brilho que a ocasião exige. A história é importante, a história é também memória e um povo não pode viver sem olhar para o passado com admiração, criando momentos de regozijo pelo que fomos, somos e seremos.-----
Este ano a nossa cidade celebrou 132 anos. De facto, não se trata de uma data redonda, mas de qualquer forma é suscetível de ser comemorada como as demais. As comemorações deste ano foram demasiado singelas, o povo demarcou-se desta efeméride, não se soube, de forma criativa levar a cabo uma série de eventos de vária índole que ocupassem, dinamizassem e fizessem brilhar os mais variados



espaços emblemáticos e equipamentos da cidade. Um aniversário de uma cidade plena de beleza e história não se pode ficar por uma deposição de uma coroa de flores em local estratégico. Um aniversário é a celebração da vida. A cidade deve celebrar a vida com alegria, júbilo e beleza.-----

É nosso entender que a cidade da Figueira da Foz e os seus habitantes merecem muito mais. Merecem que se envolvam nestes eventos as forças vivas do concelho, os artistas, as associações, as filarmónicas e grupos musicais, os grupos de canto e de dança e, porque não, os investigadores da Figueira e as escolas. O convite deveria partir de cima, da Autarquia, que lançando o repto com uma antecipação desejável, tornasse possível a junção de sinergias, culminando num evento com visibilidade para os da terra, mas também para todo o país.-----
Para que conste, no futuro deve-se atribuir maior importância a este (e outros) eventos históricos e cívicos da nossa cidade. Se não existirem condições para comemorar de forma condigna, deve-se, simplesmente, não o fazer (o que seria lamentável, uma vez que conhecer o passado permite-nos compreender e intervir no presente e melhor perspetivar o futuro).”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - CENTRO DE SAÚDE DE BUARCOS - ENCERRAMENTO DO POSTO MÉDICO AOS DOMINGOS À TARDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Luis Miguel Bento, és o mais novo e certamente eu serei o mais velho dos Presidentes de Junta de Freguesia. Manuel Rodrigues Nada, as minhas palavras também serão para ti.-----

Hoje, quase à hora do almoço, recebi um aperitivo muito forte que me tirou a vontade de comer. Os aperitivos, normalmente, servem para abrir o apetite, mas este teve efeito contrário.-----

O Diretor do Posto Médico de Buarcos, Dr. Morais, telefonou-me a saber da minha opinião quanto ao encerramento do referido Posto ao domingo à tarde. Se a opinião fosse assim-assim ou favorável estava tudo feito.-----

Ora, eu não posso estar minimamente de acordo, porquanto se encerrarem o Posto Médico ao domingo à tarde, caso haja necessidade de alguém ter assistência médica terá de se deslocar ao Hospital. Quanto se paga no Hospital por uma consulta? No mínimo 20,00 €. E a deslocação para o lado de lá? Como é que vão? E se as pessoas estiverem mesmo ali a precisar de um primeiro socorro, se estiverem entre a vida e a morte?-----



O Dr. Morais até me disse «Você vai ver que não é assim tão mau...» e eu respondi «para mim é péssimo». Digam-me o que querem fazer da vida dos portugueses?!-----
Manuel Rodrigues Nada andas a lutar por um posto médico, mas a acontecer isto em Buarcos, estás a ver o que vai acontecer em Marinha das Ondas...-----
Isto é um assunto que deve ser defendido pela Assembleia Municipal em uníssono, por todas as forças políticas.-----

Como Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos não me posso calar, e tenho a certeza que o Presidente da Câmara Municipal partilhará da mesma ideia quando tomar conhecimento da situação.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - MOÇÃO SOBRE A «INCLUSÃO NA PRÓXIMA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ DE ALGUÉM DA FIGUEIRA DA FOZ, INDICADO PELO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio.-----

JOSÉ ELÍSIO: “Queria apresentar aqui uma Moção para ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal que passo a ler:-----

«Li recentemente na comunicação social uma entrevista com a Vereadora Ana Carvalho Oliveira, na qual ela se confessa preocupada relativamente ao futuro do Porto da Figueira da Foz, porquanto, o Porto da Figueira da Foz ficou fora das Redes Europeias de Transportes, e o de Aveiro não.-----

Diz também que nos sentimos ameaçados pelo Porto de Aveiro. As declarações do Sr. Miguel de Almeida apontam no mesmo sentido. Comungo das mesmas preocupações. Aliás, confesso que a minha preocupação não é de hoje, mas desde o momento em que o Governo de José Sócrates nomeou uma administração da qual não constava ninguém da Figueira da Foz.-----

O Porto da Figueira da Foz é absolutamente indispensável e fundamental para o desenvolvimento futuro da Figueira da Foz, seja qual for o modelo que venha a ser adotado e seguido.-----

Aveiro e a Figueira da Foz hão de ser sempre concorrenciais e não competitivos, mas não poderão no interesse de ambos, a meu ver, ser hostis nem adversários. Bom será que sejam complementares e colaborantes. Para isso é necessário que não haja hostilidade nem desconfiança, mas sim seriedade de procedimentos e confiança recíproca.-----

É fundamental que da próxima Administração, e isto não significa que implicitamente esteja algum juízo de valor relativamente à atual Administração, haja alguém de confiança dos figueirenses e em que estes se revejam.-----



Assim, proponho que esta Assembleia aprove uma Moção exigindo ao Governo que na próxima Administração dos dois Portos, conste alguém que seja indicado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz e, portanto, uma Moção de apoio à posição que a Câmara Municipal da Figueira da Foz já manifestou."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Só para dizer que apoio totalmente a intervenção do deputado municipal José Elísio Oliveira."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Justifico o meu atraso à presente Assembleia Municipal por ter acompanhado a visita do Presidente da República à incubadora da Lusivaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A.-----

É uma honra por ser um sinal expresso da capacidade de resposta e afirmação do Concelho da Figueira da Foz no setor agroindustrial. Temos o privilégio de ter uma das maiores incubadoras do Mundo no nosso Concelho, com a capacidade que lhe está adstrita, e com o crescimento de produção que regista, sendo que, em 2013 o Grupo encerrou o ano com uma faturação de 360 milhões de euros, e estima encerrar este ano com 400 milhões de euros. Neste momento, emprega cerca de 950 pessoas de todo o nosso Concelho. O Presidente da República não tinha conhecimento da existência deste potencial de produção avícola, e saiu daqui muito satisfeito.-----

Não queria intervir antes do Período da Ordem do Dia, respeitando a discussão saudável e salutar no âmbito da Assembleia. Registo já alguns apontamentos que remeterei para uma apreciação posterior.-----

Contudo, estando esta Moção em discussão, gostaria só de dar algumas notas à Assembleia Municipal.-----

Como sabem, o Porto da Figueira da Foz é uma empresa pública, com 100% de capitais públicos. O Conselho de Administração é nomeado por decisão política do Secretário de Estado dos Transportes. O problema não se traduz em ter, ou não ter, um elemento da Figueira da Foz no seu Conselho de Administração, o problema é mais complexo na minha perspetiva. Em todos os Concelhos as áreas portuárias afetam zonas sensíveis do tecido urbano. E aqui são cerca de 10 Km², com áreas de reserva, expansão e de exploração direta. Obviamente, que isto implica com toda a estratégia de crescimento das respetivas cidades.-----

Em tempos discutiu-se na Associação Nacional de Municípios Portugueses um Projeto Lei que, no fundo, atribuía competências específicas ou capacidade de



intervenção ao Município, pelo menos, em termos urbanísticos, em todos os projetos levados a cabo na área portuária. Faz todo o sentido, até para dotar os Concelhos e Municípios dos meios e das infraestruturas necessários para o crescimento imanente à expansão do Porto.-----

Sendo este um problema transversal, criamos uma Secção de Concelhos com Praias e Portos, no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e um dos pontos que deve ser abordado e até, eventualmente, devemos apresentar uma proposta, passará pelo nível de participação ou de acompanhamento das autarquias neste domínio portuário.-----

Deliberadamente, o atual sistema afasta as autarquias dos Conselhos de Administração. Há depois aquela relação de cortesia institucional normal, como há com outras direções gerais e regionais. Mas, na nossa perspetiva isso não chega!-----

Como sabem, está latente uma proposta do Governo para privatização dos Portos, mas se quisessem privatizar a administração dos Portos, obviamente, que não queriam que na sua própria Lei Orgânica as composições dos seus Conselhos de Administração integrassem um qualquer ente público. Pessoalmente, não sou grande apologista desse processo de privatização dos Portos, porque sendo esta uma área eminentemente estratégica não vejo, de bom grado, quer o afastamento da Administração Central, quer o das autarquias a este nível.-----

Acompanho a atividade portuária como Presidente da Assembleia Geral, o único sócio acionista é o Governo, representado através do Ministério das Finanças, e o Conselho de Administração tem a composição conhecida.-----

Eu defendo que, uma vez afastado o processo de privatização dos Portos, as autarquias devem estar nos seus Conselhos de Administração, naturalmente, porque estão a gerir uma parte nobre do seu território.-----

Se o Governo optar pela privatização, acho que a autarquia deve estar representada num qualquer Conselho Consultivo, que acompanhe e esteja informado sobre as atividades portuárias. Tudo isto, sem abdicar do que diz respeito aos processos de licenciamento, porquanto, não há nada que justifique um regime de exceção às administrações portuárias em relação às suas infraestruturas. Isto passa, necessariamente, por o Concelho ter meios que suportem os respetivos processos de intervenção. Em qualquer dos modelos eu julgo que a autarquia deve estar presente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----



NUNO MELO BISCAIA: "O grupo municipal do Partido Socialista apoia esta Moção, nomeadamente, solidarizando-se com a posição tomada também pela Vereadora Ana Carvalho Oliveira, e defende intransigentemente o Porto da Figueira da Foz, enquanto porto especialista em contentores e de referência a nível nacional.---- Por isso entendemos que esta Moção deve ser votada favoravelmente pela Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Figueiredo Pais.-----

VITOR FIGUEIREDO PAIS: "Apesar de não ter concordado muito com a entrevista que a Vereadora Ana Carvalho Oliveira deu ao Jornal «As Beiras» há uma semana, tal não é relevante para o tema em discussão.-----

Este é um problema que eu considero prioritário para a Figueira da Foz. E aqui falo principalmente e tão só como figueirense.-----

Este não me parece que seja só um problema de meter um membro num Conselho de Administração duma sociedade pública, que é o Porto de Aveiro. Este problema é muito mais grave do que isso, com o qual nós seremos confrontados se nada fizermos.-----

O Porto da Figueira da Foz, e julgo que todos sabem disto, não está classificado, nem sequer a nível II da classificação, e isso está expresso num documento que nos foi distribuído no Plano Estratégico. Além do mais, esta é uma situação recente do mês de setembro, e à laia de informação e para que todos saibam, isto refere-se ao «The Connecting Europe Facility» do Programa dos Fundos Comunitários do Portugal 2020, onde pode ler-se «... sendo os portos infraestruturas fundamentais para a concretização da estratégia europeia, os portos que não estejam integrados na rede principal podem candidatar-se, nesta fase, se apresentarem projetos integrados dentro do mesmo corredor...». Por exemplo, projetos dos portos de Aveiro e Figueira da Foz devem ser apresentados em conjunto, dentro da lógica de infraestruturas integradas no corredor principal, o CoR (European Committee of the Regions). Portanto, para Comissão Europeia o importante é o corredor.-----

Tal quer dizer que o Porto da Figueira da Foz, neste momento, tem grandes problemas quanto a projetos de investimentos que venham a ser feitos nas suas infraestruturas, nos próximos dez anos, que é o mesmo que dizer que ele vai ter de resistir a dez anos de evolução dos transportes marítimos e de resposta à necessidade da procura do mesmo.-----

Este assunto é importante e eu votarei favoravelmente esta Moção apresentada



pelo deputado municipal José Elísio Oliveira. Mas a atuação da Figueira da Foz relativamente ao seu Porto deve ser muito cuidada e concertada, e aí a Câmara Municipal deve desde já, independentemente de haver ou não privatização, exercer pressão nos locais próprios, com as pessoas próprias, no sentido de defender os interesses duma infraestrutura tão fundamental para a Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Concordo com a privatização que já devia ter ocorrido há muito tempo, mas essa é outra questão."-----

Também, perfilho integralmente a intervenção do deputado municipal Vitor Figueiredo Pais.-----

Esta é uma questão tão importante que não é uma simples Moção, aprovada na Assembleia Municipal, nem uma simples intervenção da Câmara Municipal, que vão resolver o problema. Do meu ponto de vista, o importante seria constituir aqui um lobby figueirense, Aveiro quase de certeza que já o tem constituído, que passe pelas empresas de maior dimensão sedeadas na Figueira da Foz, pela Câmara Municipal, pelos deputados municipais, independentemente da força política por si representada, para funcionar como força de pressão junto do Governo sobre este e outros assuntos não resolvidos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Saúdo os deputados municipais Vitor Figueiredo Pais, pela sua intervenção, e José Elísio Oliveira pela oportunidade da apresentação desta Moção, e agradeço ao Presidente da Câmara Municipal pelos esclarecimentos dados."-----

As preocupações manifestadas pelo Presidente da Câmara são muito velhas. Há 20/30 anos que vejo os sucessivos Presidentes de Câmara colocar estas questões de uma pertinência enormíssima."-----

Todos aqui se lembrarão de a determinada altura o Presidente da Câmara, em exercício, querer impedir a construção daquele mamarracho na continuação da Rua do Casino, ao fundo, o qual cortou completamente a visão para o rio, e não tinha legitimidade para interromper as obras. Isto é tão absurdo a esse ponto!-----

Mas, agora, gostaria de deixar um repto ao Presidente da Câmara Municipal, à Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, e aos deputados municipais, independentemente, da força política que representem - são todos bem vindos a esta luta de há muitos anos, e seria muito oportuno que todos nos uníssemos para ter, efetivamente, uma voz ativa no futuro Conselho de Administração do Porto da



Figueira da Foz, porque isso era meio caminho andado para depois conseguirmos o resto.-----

Esta é uma questão que nos une a todos nós e deve estar acima de tudo e de todos, e o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos terão da parte da Coligação Somos Figueira todo o apoio nesta matéria.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Concordo perfeitamente com as intervenções feitas, mas chamaria a atenção duma coisa muito mais concreta e evidente - enquanto não tivermos caminho de ferro como deve ser na Figueira da Foz não vamos ter Porto.- Isto é fundamental e consta das linhas estratégicas definidas pela própria União Europeia. Uma ferrovia intermodal era fundamental para a Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária desde sempre defendeu o Porto da Figueira da Foz, e ficou muito infeliz, quando há uns anos, ele perdeu a sua autonomia para se transformar numa «sequela» do Porto de Aveiro. E teve oportunidade de nesta mesma sede ter deixado o seu desagrado.-----

Em termos gerais, parece estarmos todos de acordo, mas há coisas fundamentalmente diferentes, nomeadamente, a questão da privatização que a Coligação Democrática Unitária não subscreve nunca, jamais, em tempo algum. E já vimos haver aqui sensibilidades muito diversas em relação a este assunto.-----

Em relação à intervenção de figueirenses em Comissões, bom seria que o facto de ser figueirense de coração fosse a carta de recomendação precisa, única, exclusiva, necessária e suficiente para resolver todas as questões. E nós sabemos por experiências anteriores em que temos tido figueirenses em alguns sítios, que estes nunca puxaram por este Concelho, que era o seu e a quem deviam defender. Não vale a pena trazer para aqui exemplos, porque alguns chegarão lá tão depressa quanto nós.-----

Pergunto se esta discussão é uma peça de um puzzle que poderá vir a encaixar no Protocolo de Colaboração para a criação de um Grupo de Interesse para impulsionar e promover o Corredor Atlântico, o chamado Corredor Prioritário Europeu n.º 7, deliberado, por unanimidade e aprovado em minuta, em 07 de julho de 2014. Estes corredores, já aqui referidos, são linhas estratégicas de escoamento de mercadorias e poderão, de facto, resolver os nossos problemas. E, já agora, o que é exatamente este Grupo de Interesse?-----



De qualquer modo, reconhecendo a bondade da Moção, a Coligação Democrática Unitária vai votá-la favoravelmente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Alguns esclarecimentos complementares e apenas para partilhar convosco algumas preocupações.-----

Estes assuntos normalmente discutem-se de uma forma discreta, sem embargo de na altura certa, se tomar uma posição mais consolidada. Nós manifestamos todo o regozijo pelo facto do Porto da Figueira da Foz ter sido uma das 30 opções escolhidas no Plano de Infraestruturas de elevado valor acrescentado. Esse plano fez um levantamento de 86 projetos nacionais, fez uma análise swot de cada um deles, e concluiu que o Porto da Figueira da Foz devia ser uma das 30 prioridades a nível nacional.-----

Porque foi o Porto da Figueira da Foz uma das 30 opções? Porque o estudo demonstra que o investimento feito no Porto da Figueira da Foz está plenamente justificado, ultrapassa as expectativas e está sustentado.-----

Temos cerca de 440 embarcações a entrar por ano na Figueira da Foz. O Porto cresceu de 1,0 milhão de toneladas de carga no ano de 2002 para cerca de 2,2 milhões de toneladas, e em períodos homólogos vai registando aumentos significativos. Ultimamente, teve um decréscimo por não ter sido feito o assoreamento e houve aqui uma grande pressão, por parte da nossa Comunidade Portuária, junto de outras instâncias para agilizar o desassoreamento. Na nossa perspetiva, demorou tempo demais na Secretaria de Estado, mas felizmente, está em execução.-----

Neste momento, aplaudimos a elencagem do Porto da Figueira da Foz como uma das prioridades de investimento. Quais as dificuldades para levar isto a cabo? Elaborar o estudo de viabilidade/sustentabilidade do aumento do Porto para um calado que se estima de 09 m, e saber quanto custará. Só assim, poderemos ter o projeto e candidatá-lo a financiamento de Fundos Europeus.-----

Como sabem, no Portugal 2020 uma das determinações é também a questão ecológica e a prioridade ao transporte marítimo. Adivinha-se um aumento de tráfego pela abertura do Canal do Panamá e todas estas razões justificam que nos preparemos para o futuro.-----

Primeira dificuldade será a Administração do Porto, ou a Secretaria de Estado de Transportes, ou até o Município, se se puder candidatar, realizar este estudo. Para já, estão esgotadas as verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional.



Foram feitas várias consultas junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para se saber se nós, ou a Administração do Porto, ainda tínhamos alguma hipótese de inscrever este projeto como elegível ou financiável. Não é neste Quadro seguramente, será no próximo em vias de fase de execução, e a aguardar regulamentação. -----

Aveiro/Figueira da Foz estão elegíveis e são, portanto, financiados com prioridade todos os Portos que estejam na linha principal. Ser da linha principal ou pertencer à linha complementar, depende do volume de carga/descarga. Na rede principal está Sines e não sei se Leixões. Depois numa futura revisão anunciada para meados de 2015, existe a ténue possibilidade de juntando Aveiro com a Figueira da Foz entrarmos na linha complementar. É esse trabalho que estamos a desenvolver ao nível da Administração do Porto da Figueira da Foz, com o acompanhamento da Comunidade Portuária.-----

Da minha parte, na continuidade do Projeto Cencyl Centro Castela e Lyon o qual, no fim de contas, também fez uma parceria para a exploração deste Eixo da E-80, nós assinamos há uns meses, em Aveiro, um compromisso de continuarmos juntos no desenvolvimento dos projetos conjuntos, e este é também um dos assuntos a ser defendido em conjunto.-----

Precisamos de dimensão, de englobar sub-regiões, regiões, e até alguma parceria transnacional para dar consistência a este projeto. Pedi uma audiência junto da Direção Geral de Transportes em Bruxelas para dar nota que continuamos apostados na defesa deste projeto, e vamos ver se conseguimos preencher os requisitos necessários para, em conjunto com o Porto de Aveiro e englobando estas entidades, conseguirmos sustentar a inclusão do Porto de Aveiro/Figueira da Foz no âmbito da rede complementar de portos europeus.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Só dois ou três apontamentos em relação a esta matéria. Em primeiro lugar, felicito a Vereadora Ana Carvalho Oliveira pela frontalidade que teve ao alertar no Jornal a comunidade figueirense para um problema que pode vir a surgir.-----

Há coisas que têm de ser ditas para despertar atenções. Não são muitas as vezes que nesta Assembleia Municipal as pessoas, espontaneamente, aderem todas em defesa de qualquer coisa. Hoje houve este debate agregador de vontades, espero que ele não acabe por morrer dentro da sala.-----

Não vão aproveitar os pontos fracos do Porto da Figueira da Foz para, amanhã,



haver uma sobrevalorização do Porto de Aveiro em relação ao nosso. A via férrea é importantíssima no acesso ao Porto, no levar e trazer de mercadorias ao cais. Há outras situações relacionadas com as taxas cobradas pelo próprio Porto. Há a situação dos principais fornecedores de matéria para transporte, se continuarão nessa disponibilidade, ou se lhes fica mais barato o acesso, por exemplo, para o Porto de Aveiro pela via férrea. Há todo um conjunto de fatores aos quais devemos estar atentos.-----

Mais importante que ter um representante no Conselho de Administração do Porto da Figueira da Foz, será estar por dentro da «máquina».-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Moção sobre o Porto da Figueira da Foz, subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, no sentido da Assembleia Municipal exigir ao Governo que a próxima Administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz, integre alguém indicado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, para que os interesses dos figueirenses sejam salvaguardados.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

P - MOÇÃO SOBRE A EXTENSÃO DE SAÚDE DO ALQUEIDÃO E O EVENTUAL ENCERRAMENTO, AO DOMINGO, DO CENTRO DE SAÚDE DE BUARCOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Ouvi com muita atenção a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, que me marcou pela forma como foi proferida, simples e emocional, mas ao mesmo tempo concreta.-----

É incrível como uma Freguesia da periferia, como é o Alqueidão, com uma faixa etária bastante elevada, não tem médico, não tem um Centro de Saúde, não tem um qualquer espaço para atender as pessoas idosas, que constituem a grande maioria da sua população.-----

Para que a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão não seja inconsequente, proponho que se vote, se assim o entenderem, que o documento lido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, seja endereçado às instâncias responsáveis regionais ao nível da saúde, e também, que seja endereçada a preocupação desta Assembleia Municipal quanto ao eventual encerramento do Centro de Saúde de Buarcos ao domingo à tarde, que lembro é o único Centro de Saúde na zona urbana da Figueira da Foz.-----



Acho que assim se concretizaria o desiderato, o objetivo com que o Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão fez a sua intervenção.-----

Passo a ler o texto da Moção:-----

«A Assembleia Municipal da Figueira da Foz manifesta o seu apoio ao documento apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão, na sessão ordinária de 26 de setembro de 2014, e reitera a preocupação pelo facto de não existir na referida Freguesia qualquer estrutura de apoio à Saúde, nomeadamente, um Centro de Saúde ou assistência médica.

Deve realçar que a população da Freguesia periférica do Alqueidão é das mais envelhecidas do Concelho pelo que as ditas necessidades de apoio à Saúde são ainda mais prementes.

Também esta Assembleia Municipal manifesta o seu mais sincero repúdio pelo eventual encerramento do Centro de Saúde de Buarcos durante o domingo à tarde. Trata-se do único Centro de Saúde da zona urbana da Figueira da Foz aberto ao domingo, e o seu encerramento, ainda que parcial, constitui um grave prejuízo para a população do Concelho da Figueira da Foz.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, e da Coligação Somos Figueira, Vitor Figueiredo Pais, deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições combinadas da alínea g) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Moção sobre a Extensão de Saúde do Alqueidão e o eventual encerramento, ao domingo, do Centro de Saúde de Buarcos, subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, apoiando o pedido do Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, no sentido de ser disponibilizada pelos serviços competentes uma unidade móvel de saúde, constituída por um médico e um enfermeiro, com pelo menos duas visitas semanais à Freguesia e, ainda, no sentido desta Assembleia Municipal manifestar o seu repúdio quanto ao encerramento do Centro de Saúde de Buarcos, ao domingo à tarde, por constituir um grave prejuízo para a população do Concelho da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL



Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Gostaria de saber se já novidades quanto às negociações com os Sindicatos, nomeadamente, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, sobre as 35 horas de trabalho semanal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Nós iniciamos este processo de negociação há dois meses, com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.-----

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins interpôs uma providência cautelar que perdeu, obrigando-nos, de alguma forma, a manter o sistema das 40 horas semanais.-----

Esta matéria estava dependente de uma legislação que viria permitir a extensão dos Acordos Coletivos de Trabalho ao pessoal não sindicalizado, e de um parecer da Procuradoria Geral de República que ainda não saiu e se prevê dê autonomia de negociação às autarquias. O Acórdão do Tribunal Constitucional abre a porta às estruturas do Estado poderem negociar o regime de horário de trabalho semanal.--

Entretanto, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins diz nada ter a negociar e reclama a redução de 40 para 35 horas, sem qualquer tipo de contrapartida.-----

Ora, qualquer processo de negociação, pressupõe algumas cedências de parte a parte, e com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública há já um pré-Acordo prevendo uma «bolsa de horas» e mantendo uma disponibilidade acrescida dos trabalhadores.-----

Se acordarmos com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, obviamente, não poderemos acordar com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins porque as duas propostas excluem-se.-----

Da nossa parte há toda a disponibilidade para se reduzir o horário de trabalho para 35 horas, e aguardo, tão somente, que nos chegue às mãos a proposta do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - ALTERAÇÃO E RETIFICAÇÃO DOS PROCESSOS SUBMETIDOS À SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE ABRIL DE 2014 (PONTOS 5.17 E 5.18) - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E DINAMIZAÇÃO DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO - ANO LETIVO 2014/2015

No âmbito da preparação do ano escolar 2014/2015, foram aprovados em sede desta Assembleia Municipal, sessão de 30 de abril de 2014, a delegação de competências nas freguesias em matéria de fornecimento das refeições da educação pré-escolar e do 1.º Ciclo, bem como, na dinamização do prolongamento de horário da educação pré-escolar da rede oficial do Município da Figueira da Foz.-----

Esta delegação de competências é formalizada através de contratos interadministrativos, os quais têm também de ser aprovados em sede de reunião das respetivas Juntas e Assembleias de Freguesia.-----

Relativamente ao Jardim de Infância de Carvalhais, a delegação de competências não foi aceite pela freguesia de Lavos, daí a necessidade de se retificarem estas deliberações da Assembleia Municipal, delas se excluindo a delegação de competências na Junta de Freguesia de Lavos no tocante ao referido Jardim de Infância, o que é agora proposto na informação n.º 8227, de 16 de junho de 2014, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 07 de julho de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificar as deliberações tomadas na segunda parte da sua sessão ordinária de 30 de abril de 2014, pontos 5.17 e 5.18 da respetiva ata, delas se excluindo a delegação de competências na Freguesia de Lavos quanto



ao Jardim de Infância de Carvalhais, respetivamente, no tocante ao Fornecimento de Refeições Escolares - Ano Letivo 2014/2015, e ao Acompanhamento do Fornecimento de Refeições Escolares e Dinamização do Prolongamento de Horário nos Jardins de Infância do Município da Figueira da Foz - Ano letivo 2014/2015, com fundamento no facto dessas mesmas delegações não terem merecido a anuência da freguesia de Lavos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.2 - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2014/2015 -
AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS**

Presente uma informação da Divisão de Educação e Assuntos Sociais dando conhecimento do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014/2015, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz em 01 de julho do corrente ano, e solicitando a autorização desta Assembleia Municipal para a assunção dos respetivos encargos plurianuais, no valor global de 605.500,00 €, Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de julho de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas, após o encerramento da Escolinha do 1.º Ciclo da sua Freguesia alguma criança ficou abrangida pela situação prevista na alínea a) do n.º 7 «residir a menos de 03 ou 04 Kms do estabelecimento de ensino, respetivamente, sem ou com refeitório»?-----

Alguma das crianças deslocadas para a Escola dos Vieirinhos estaria nestas circunstâncias, a saber, se coubesse nestes parâmetros não tinha direito a transporte, e se estivesse acima deles teria direito a transporte escolar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rodrigues Nada.-----

MANUEL RODRIGUES NADA: "Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, infelizmente, todas as crianças foram para as Freguesias do Carriço, nomeadamente, a Escola dos Vieirinhos, e de Louriçal. Não houve a necessidade de os transportar porque os pais optaram por estes locais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista



Mário Menezes Paiva e Luis Mendes Ribeiro, deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda e Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com o Plano de Transportes Escolares do ano letivo em curso, pelos anos económicos de 2014 e 2015, os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2014 - 230.250,00 € (duzentos e trinta mil e duzentos e cinquenta euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

2 - Ano económico de 2015 - 375.350,00 € (trezentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinquenta euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.---

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ BENTO PESSOA

Com a resolução do protocolo para a concessão das instalações desportivas do Estádio Municipal José Bento Pessoa, celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Associação Naval 1.º de Maio, a Subunidade Orgânica de Juventude e Desporto propõe para análise e aprovação um Regulamento de Utilização daquele equipamento desportivo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Tratando-se de um Regulamento com eficácia externa, a sua aprovação compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da legislação vigente.- Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de julho de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: "Congratulo-me pela concretização deste Regulamento e parabeno a Câmara Municipal da Figueira da Foz por esta iniciativa.-----

Espero que, mal seja possível, a Pista de Atletismo venha a ser recuperada, pois o atletismo tem sido uma atividade que tem perdido bastantes praticantes no nosso Concelho, apesar da boa vontade de um ou outro Clube, de técnicos e/ou até atletas.-----



No passado recente, o atletismo no nosso Concelho tinha um enorme impacto desportivo a nível nacional, portanto, nada melhor que devolver este espaço a quem mais necessita dele.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “A proposta de Regulamento de Utilização do Complexo Desportivo Municipal José Bento Pessoa tem, na opinião da Coligação Democrática Unitária, algumas falhas e situações sobre as quais pedimos esclarecimentos.-----

O preâmbulo da proposta de Regulamento refere que o desporto escolar é segunda opção, no entanto, no seu articulado a mesma não parece estar espelhada, porque no seu art.º 11.º aparece em quarto lugar, depois dos federados, associados e Inatel.-----

Nos campos sintéticos a Câmara Municipal assume como linha condutora o interesse público na formação das camadas jovens, e o apoio aos clubes e associações sem fins lucrativos, integrados em competições federativas. Afasta destes campos sintéticos os clubes com futebol profissional e associações com fins lucrativos, o que achamos correto.-----

No art.º 5.º não refere quantos funcionários são afetos ao funcionamento do Complexo, percebemos que tal depende do número de horas de utilização desses mesmos recintos.-----

No n.º 1 do art.º 8.º menciona a possibilidade de serem celebrados Protocolos de Utilização, e no seu n.º 2 determina não poder haver exclusividade de utilização, à exceção do Estádio José Bento Pessoa.-----

Este Regulamento abre a possibilidade da Concessão. No n.º 1 do art.º 20.º, que a prevê, refere que o campo de relva natural está afeto à prática de futebol e rugby, mas o seu n.º 5 diz que o mesmo pode ser cedido a título de exclusividade ao clube que, estando inscrito na Federação de Futebol, dispute a prova de maior relevância e não disponha de instalações próprias.-----

Pergunto - quantos clubes federados de futebol existem no Concelho? A haver concessão de quantos anos se trata? E se, entretanto, houver dois clubes no mesmo escalão no Campeonato Federativo?-----

Segundo o Regulamento o Clube concessionário do Estádio é obrigado à dádiva de 03 horas semanais para a prática do Rugby. Isto chega para a prática desta modalidade no Concelho?-----

Qual é, neste momento, a relação existente entre o Município da Figueira da Foz e a Associação Naval 1.º de Maio? E a que existe entre a autarquia da Figueira



da Foz e a Naval 1.º de Maio, SAD? A Câmara Municipal sabe, por exemplo, de quem são as equipas de formação? São da Associação Naval 1.º de Maio ou Naval 1.º de Maio, SAD? Qual a possibilidade de a Câmara Municipal optar pela não cedência e, sim, pela utilização protocolada?-----

Do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, a Câmara Municipal devia elaborar uma Tabela de Preços para o relvado e protocolar essa utilização em função da mesma. A autarquia pode aprovar uma taxa de utilização que permita minorar as despesas de manutenção, mantendo, naturalmente, os períodos de utilização que acautelem o bom estado do relvado.-----

Não gostaríamos que este Regulamento abrisse as portas a que a Câmara Municipal da Figueira da Foz, através de um subsídio extra-Regulamento, possa continuar a ser responsável pelas despesas de manutenção do Estádio, como aconteceu no Regulamento anterior.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----

MÁRIO MENEZES PAIVA: “Recordo, há quase duas décadas, havia um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Naval 1.º de Maio. Lembro, também, que nos últimos anos foram feitos alguns investimentos avultados naqueles recintos, nomeadamente, os dois campos sintéticos, um de futebol de onze e outro de futebol de sete, e uns balneários com dois gabinetes técnicos e, ainda, um Posto Médico.-----

Com o fim do ciclo de exclusividade por parte da Naval 1.º de Maio, a autarquia assumiu, e bem, a atual administração e gestão do Complexo Desportivo José Bento Pessoa e, no sentido de não onerar o erário público, é importante ceder o Estádio Municipal mediante contrapartidas a fixar em contrato.-----

Este Regulamento pretende três coisas fundamentais - a primeira é definir regras de modo a agilizar e otimizar aquele espaço, democratizando o acesso e a igualdade de oportunidades a todas as associações, clubes, e até mesmo a grupos informais e particulares. Daí, ninguém poder afirmar que aquele espaço é para esta ou aquela coletividade.-----

Em segundo lugar, torna-se necessário realçar a relação colocada neste Regulamento quanto à questão do desporto escolar. Até agora não era possível os jovens estudantes da Figueira da Foz utilizarem aquele espaço, a partir de agora já o poderão fazer, diariamente, até às 16,00 horas. A autarquia também não descurou a importância da educação física paralela ao desporto escolar.-----

Em terceiro lugar, a utilização por parte dos tais grupos informais e



particulares.-----

O executivo tem acompanhado a recente evolução técnica da parte desportiva organizada com a melhoria das condições dos equipamentos desportivos.-----

O grupo municipal do Partido Socialista revê-se na transparência deste Regulamento, tendo em conta a não discriminação de nenhum agente desportivo e por ter sido fundado nas competições e no desenvolvimento das camadas jovens.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “Nada tenho contra a Associação Naval 1.º de Maio, pelo contrário, enverguei mal ou bem, com vitórias ou derrotas, aquela camisola.-----

A Naval está inscrita no escalão maior da Federação de Futebol, com o nome de Naval 1.º de Maio, SAD, e o Regulamento refere «instituições não lucrativas». Que eu saiba uma Sociedade Anónima Desportiva é lucrativa, a não ser que joguem a feijões.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Na primeira leitura deste documento concluímos haver aqui uma melhoria em relação à situação anterior, deveras estranha, que acabava por atribuir um subsídio para cobrir as despesas de manutenção que deveriam entrar nos cofres da Câmara, e saíam.-----

Isto tem de ser lido com mais atenção porque estamos a falar de duas coisas, a saber, do Complexo Desportivo e do Estádio José Bento Pessoa.-----

E quando o deputado municipal Mário Menezes Paiva afirmou que as crianças podiam lá estar na prática de desporto escolar até às 16,00 horas, essa utilização, se bem a li, vai acontecer nos campos de relva sintética. O Estádio José Bento Pessoa, com relva natural, entendemos nós, não é para ser pisada por qualquer um, e está aqui bem definido «será utilizado 12 horas semanais».-----

Só nos falta saber se as 03 horas semanais de Rugby crescem a estas 12 horas e ficam 15 horas, ou se subtraem no futebol, ficando este com 09 horas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----

MÁRIO MENEZES PAIVA: “Estamos aqui a tentar confundir algumas coisas sem necessidade.-----

Os campos sintéticos e o Estádio José Bento Pessoa estão neste documento como Complexo Desportivo, portanto, não são duas coisas, é só uma. Também, quando se limita a utilização do Estádio a 12 horas semanais, é óbvio que as crianças não vão para a relva natural.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Regulamento pretende compatibilizar todos os interesses em litígio. E aqui temos de distinguir duas partes bem distintas, por um lado o campo relvado sintético e, por outro lado, o Estádio José Bento Pessoa, digamos stricto sensu.-----

O Estádio José Bento Pessoa é uma estrutura pesada, preparada para uma competição desportiva de nível nacional, cuja utilização é vocacionada para os clubes que disputam os campeonatos.-----

Não sou perito em futebol, mas não tenho preconceito em relação às Sociedades Anónimas Desportivas, tenho horror, isso sim, às más práticas nas contas e má gestão.-----

Rescindiou-se o Protocolo com a Naval 1.º de Maio por estarmos impossibilitados de o executar nos seus termos. Por um lado, não podíamos dar dinheiro à Naval para a manutenção das infraestruturas do Estádio José Bento Pessoa ao nível desejado, porque aquela Associação tem as contas todas penhoradas. Por outro lado, também, a Naval 1.º de Maio não cumpre as suas obrigações perante a Segurança Social. E uma lei superveniente veio estabelecer, e bem, que nenhuma entidade podia beneficiar de financiamentos públicos se não tivesse as contas à Segurança Social em dia. Ou seja, o Protocolo verdadeiramente era inexecutável.--

Ouvimos a Naval, como em todos os procedimentos administrativos, trouxemos à Câmara Municipal, denunciámos o contrato, a Naval interpôs a respetiva providência cautelar, o Município contrapôs através do seu advogado avençado, e ganhámos a ação com a força dos nossos argumentos.-----

Uma vez ganha a ação, cumpria regulamentar a utilização daquele espaço.-----

Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz as nossas relações com a Naval 1.º de Maio não são propriamente as melhores, são de litígio normal que advém da defesa do interesse público.-----

O Município não pode impedir que os clubes tenham ambições desportivas e queiram disputar a Liga de Futebol. Contudo, isso implica, depois, investimentos avultados em termos de balneários e infraestruturas, que não estou interessado que a Câmara entre nesse número.-----

Mas não tendo um Estádio com o nível de especificidades que a Federação obriga, não queremos ser nós impeditivos a que os clubes possam disputar o Campeonato, e para nós é sempre motivo de orgulho.-----

Por isso, se deixou em aberto a possibilidade de ceder a um qualquer clube que dispute a Liga, mas mediante contrapartidas a serem negociadas casuisticamente



no contrato que vier a ser celebrado.-----
Fica, desde já, afastada a possibilidade de o Relvado Sintético ter uma utilização profissional - está dedicado exclusivamente às camadas juniores, porque foi neles que fizemos o nosso investimento.-----
Cumpre dizer, nunca o Município da Figueira da Foz foi responsável pelas despesas ocorridas no Estádio José Bento Pessoa. O Protocolo existente definia a cedência de sete mil euros para a manutenção do espaço, porque aquilo tem um custo muito alto, no fundo, tem mais custos que benefícios.-----
O relvado sintético será, naturalmente, autossustentado. O de relva natural para 12 horas de ocupação possível tem um esforço muito elevado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Jorge Bugalho Silva e Maria Fernanda Lorigo, e da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira e José Pereira da Costa, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda e Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, e quatro abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento de Utilização do Complexo Desportivo Municipal José Bento Pessoa. -
Deliberação aprovada em minuta.-----**

5.4 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS DE 2014 - COBRANÇA A REALIZAR EM 2015 - FIXAÇÃO DA TAXA A APLICAR SOBRE PRÉDIOS URBANOS

Foi presente uma proposta do Presidente da Câmara fixando a taxa a aplicar na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis sobre prédios urbanos a realizar em 2015.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 08 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “O Imposto Municipal sobre Imóveis mexe com todos os proprietários e é uma daquelas matérias muito sensíveis, por corresponder a uma parcela muito significativa do rendimento de alguns agregados familiares, pelo menos, nos meses da sua liquidação.-----



Todos os anos, quando vem a esta Assembleia Municipal, quase sempre se fala da intenção e do compromisso de diminuir a sua taxa, por haver alguma apetência populista de mexer neste imposto municipal. Contudo, este imposto é, neste momento, a principal fonte de receitas do Município, pois a Derrama já lá vai o bom tempo e pelos gráficos se vê que caiu fortemente.-----

Não podemos esquecer que, no passado e nesta mesma Assembleia Municipal, foi aprovado um Plano de Saneamento Financeiro, o qual se empenhava em maximizar as receitas por parte da Câmara Municipal para se criar um equilíbrio das Contas. Portanto, a tentação de baixar qualquer coisa no Imposto Municipal sobre Imóveis, nesta altura do campeonato, poderia vir a desequilibrar o desempenho que tem estado a ser feito nas Contas do Município.-----

A boa gestão e a alta taxa de execução advêm muito das receitas recebidas pela Câmara Municipal, entre elas o Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Fixou-se uma redução de 20% da taxa aprovada a aplicar aos prédios urbanos arrendados, localizados em espaços culturais definidos no Plano de Urbanização da Figueira da Foz, uma redução de 10% da taxa aprovada a aplicar aos prédios urbanos arrendados, localizados no restante território do Concelho, e a majoração em 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados.-----

Será de aprovar a fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2015, e, no futuro, quando o saldo das Contas do Município estiver equilibrado, acredito que o executivo ponderará rever a taxa deste imposto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Dr. João Ataíde, no final dos seus mandatos não vai poder dizer que encontrou deslealdade da parte da oposição, ou algum tipo de verdadeira oposição destrutiva.-----

Acredito que, ao longo do seu primeiro e segundo mandatos, tem contado na Figueira da Foz com uma oposição construtiva. Entenda estas minhas palavras mais como um lamento, se quiser intelectual, do que propriamente como política rasteira ou baixa.-----

Eu acredito que o Partido Socialista da Figueira da Foz é intelectualmente malicioso. E eu vou explicar porquê. É que o Partido Socialista da Figueira da Foz passa a vida a criticar o Governo quando lhe dá jeito. Constantemente e a nível nacional vemos o Partido Socialista bater no Governo contra a austeridade e, depois, na Figueira da Foz não só aproveitam o facto de ter havido um aumento de impostos, mas ainda por cima se vangloriam da boa gestão, com base num



aumento de impostos decretado pelo Governo que eles próprios criticaram a nível nacional. Entendamo-nos!...-----

Meu caro João Filipe Carronda, até aprecio o trapézio da sua argumentação.-----

O Imposto Municipal sobre Imóveis duplicou de 2012 para 2014, e isto dá-vos jeito, obviamente. Mas criticam o Governo por ter aumentado o Imposto Municipal sobre Imóveis. Em que é que ficamos?-----

Mas há outra maldade intelectual. Vocês conseguiram colocar um rótulo em que «o Partido Social Democrata é responsável por tudo o que de errado foi feito na Figueira da Foz, nos últimos 40 anos, e depois nós aqui, os «salvadores da pátria», finalmente colocamos a casa em ordem.-----

O interessante é que uma parte da colocação da casa em ordem se deve ao aumento de impostos, mas quando se pede que os senhores deem um sinal positivo aos Figueirenses, a vossa argumentação tem sido assim «não convém mexermos nos impostos porque isso iria desestabilizar, e como o Governo tem aumentado os impostos, nós aumentamos também». Atenção, há sinais do Governo de uma certa baixa de impostos. Então, porque não serem intelectualmente honestos e baixarem os impostos?-----

A redução de Imposto Municipal sobre Imóveis para 0,4% não significaria nada para a Câmara Municipal, mas significaria muito para os Figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Eu votarei favoravelmente esta proposta da Câmara.-----

Agora que estou fora dos partidos, vejo o poder a defender-se com os mesmos e exatos argumentos com que a oposição se defendia quando estava no poder. E vejo a oposição a atacar o poder com os mesmos argumentos com que o poder de agora atacava quando era oposição. Já é tempo de nos deixarmos disto!...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Respondendo ao deputado municipal José Elísio Oliveira, direi que deve ser das pessoas aqui na sala que melhor compreende os argumentos da oposição e do poder.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco começou com uma afirmação que não tem sido fortemente contestada - a oposição não tem causado dificuldades a esta gestão camarária. É verdade!-----

No Plano de Saneamento Financeiro prevê-se, expressamente, que a Câmara deveria maximizar os seus proveitos para equilibrar as Contas. Portanto, intelectualmente sejamos também sérios, isto já era previsível.-----



Se o Município cedesse ao populismo fácil de diminuir os impostos, o serviço de dívida não poderia ser cumprido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em abono da minha honestidade intelectual, eu acho que o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, José Elísio Oliveira, não foi honesto neste apoio ao Sporting.-----

Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, o Município não aumentou impostos. A taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis mantém-se absolutamente igual há mais de 10 anos. Poderá dizer que hoje a receita é maior porque houve atualização dos imóveis. É evidente! Foi uma benesse que a Administração Central deu às autarquias, como contrapartida da redução que fez no Fundo de Equilíbrio Financeiro.-----

Ou seja, não lhe causa espécie que a Administração Central fique com a receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro? Mas incomoda-o que eu mantenha a mesma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo, e da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, em cumprimento das disposições combinadas da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua última redação, e nos termos da proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2015 remetida pela Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, da Coligação Democrática Unitária, do Bloco de Esquerda e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e nove abstenções dos restantes elementos da Coligação Somos Figueira:-----

- 1 - Fixar em 0,4% a taxa a aplicar aos prédios urbanos;-----
- 2 - Fixar uma redução de 20% da taxa aprovada a aplicar aos prédios urbanos arrendados, localizados em espaços culturais definidos no Plano de Urbanização da Figueira da Foz, e na restante área do Concelho, nos designados Espaços Urbanos de Grau II definidos no Plano Diretor Municipal;-----



3 - Fixar uma redução de 10% da taxa aprovada a aplicar aos prédios urbanos arrendados, localizados no restante território do Concelho;-----

4 - Majorar em 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, integrando neste conceito os prédios que, face ao seu estado de degradação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.--

Deliberação aprovada em minuta.-----

PROPOSTA DE SUSPENSÃO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face ao adiantado da hora, os deputados municipais Nuno Melo Biscaia e José Pereira da Costa, atentos à importância do Plano Estratégico de Desenvolvimento e da abertura do procedimento para a Revisão do Plano Diretor Municipal, pontos 5.8 e 5.9 da nossa Ordem de Trabalhos, propuseram que se analisassem e deliberassem todos os outros pontos da Ordem de Trabalhos, sendo suspensa a sessão, sugerindo o dia 10 de outubro de 2014 para continuação da mesma e discussão exclusiva dos pontos 5.8 e 5.9.-----

Em sua opinião, com a Ordem de Trabalhos que ainda há para discutir, o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Plano serão tratados de uma forma muito supérflua, e assim não deverá acontecer.-----

Esta proposta mereceu a anuência dos líderes de todos os Grupos Municipais e foi colocada à votação pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Fausto Santos Loureiro, João Paulo Pinto, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo, e da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira e Filipe Humberto Dias, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada de suspender esta sessão da Assembleia Municipal, reiniciando os trabalhos na próxima sexta-feira dia 10 de outubro de 2014.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM - FIXAÇÃO DO PERCENTUAL A APLICAR NO ANO DE 2015

Pelo Presidente da Câmara foi proposto, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua última redação, a fixação em 0,25% do percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar no ano de 2015.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 08 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Isabel Guardão Tavares, Margarida Pinto Cunha, Fernando Miguel Pereira e Maria Fernanda Lorigo, e da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda e Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua última redação, e alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixar em 0,25% o percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar no ano de 2015.---
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROPOSTA DE REGULAMENTO GERAL DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA DA FIGUEIRA DA FOZ

O Concurso de Fotografia da Figueira da Foz já vai na sua sexta edição, e todos os anos foi elaborado e aprovado um regulamento para o efeito. Tratando-se de um evento regular a Divisão de Cultura propõe agora para análise e aprovação deste órgão deliberativo, um regulamento geral para este Concurso que sirva todas as suas edições, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 08 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Isabel Guardão Tavares, Margarida Pinto Cunha, Fernando Miguel Pereira e Maria Fernanda Lorigo, e da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira e Paulo Querido Rodrigues, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento Geral do Concurso de Fotografia da Figueira Da Foz.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----



5.7 - DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2015

Pelo Presidente da Câmara foi proposto o lançamento da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território do Concelho, pela taxa máxima de 1,5%, nos termos do n.º 1, do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e a aplicação de uma taxa reduzida de 1% aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, ao abrigo das disposições emergentes do n.º 4 do art.º 18.º do diploma atrás invocado.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 15 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Com alguns argumentos comuns aos que foram expostos, anteriormente, para o Imposto Municipal sobre Imóveis, a Coligação Somos Figueira irá votar contra.-----

A Câmara Municipal perdeu uma oportunidade de dar um pequeníssimo sinal, neste caso, às suas empresas, pois, podendo diminuir a taxa da Derrama, ainda que com pouco significado, não o fez.-----

Esta discussão é requentada, e no ano passado a questão foi igual."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária vai votar favoravelmente a proposta, mas queríamos perguntar ao Presidente da Câmara qual é a explicação dada pelas Finanças para a queda dos valores da Derrama, porque este Quadro V até nos faz medo.-----

Se isto tem a ver com a redução da atividade económica, e poderá ter alguma coisa a ver no atual contexto, ou se também não terá embrulhado isenções do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Felizmente, não tem nada a ver com o decréscimo da atividade financeira. O Concelho da Figueira da Foz é o mais competitivo do distrito, e se não me engano, é o terceiro Concelho mais competitivo da Região. Estimo que tenhamos uma faturação bruta superior a dois mil milhões de euros,



por referência ao ano de 2013.-----
Ao longo destes anos, houve um litígio, ou uma diferença de interpretação da Lei, entre a Autoridade Tributária e o Supremo Tribunal Administrativo. Entendia este que a tributação da Derrama incidia sobre a globalidade do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ou seja, sobre a globalidade das holdings. Ora, há muitas empresas que fazem parte de holdings, e, portanto, bastava pôr umas com prejuízo que compensava o benefício das outras. Esta interpretação era aceite pelo Supremo Tribunal Administrativo.-----

As empresas que ganharam no Supremo Tribunal Administrativo tiveram direito ao retorno da Derrama. Eu suponho que, este ano, temos uma Derrama nula devido às ações ganhas pelas empresas junto do Tribunal-----
Felizmente, no final do ano passado, saiu uma interpretação e uma nova redação de Lei determinando que a Derrama deve incidir sobre o lucro tributável de cada uma das empresas de per si, o que nos repõe a Derrama nos 04 milhões de euros.--
Eu tenho vindo a insistir junto da Autoridade Tributária, e vou continuar a fazê-lo, para ter acesso a toda a informação tributária.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Fausto Santos Loureiro, José Augusto Mateus, Maria Fernanda Lorigo e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos da proposta de Derrama a cobrar no ano de 2015 remetida pela Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, e Bloco de Esquerda, e nove votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira:-----

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 1, do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, lançar uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção DO rendimento gerado no Município da Figueira da Foz, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não



residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho. ----
2 - Aplicar a taxa reduzida de 1% aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), nos termos do n.º 4 do art.º 18.º da Lei invocada em 1. -----
Deliberação aprovada em minuta. -----

**5.10 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FESTIVAL DE TEATRO JOVEM (CENA)-
EXTRA-AGENDA**

Pela Divisão de Cultura foi presente uma informação dando conta que aquela estrutura orgânica conjuntamente com a Divisão de Educação e Assuntos Sociais pretendem levar a efeito a realização de um Festival de Teatro Jovem - CENA - tendo em vista incentivar e promover os Grupos de Teatro Jovem, propondo para análise a aprovação um Regulamento para esse Festival, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.- Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Fausto Santos Loureiro, José Augusto Mateus, Maria Fernanda Lorigo e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento do Festival de Teatro Jovem (Cena).-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.11 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL NA SUA SESSÃO DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 - PARA
CONHECIMENTO - EXTRA-AGENDA**

Foi presente a informação n.º 12064, de 18 de setembro de 2014, da Subunidade Orgânica de Contratação Pública, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação de 30 de dezembro de 2013 da Assembleia



Municipal, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Fausto Santos Loureiro, José Augusto Mateus e Maria Fernanda Lorigo, da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, tomou conhecimento dos contratos celebrados pelo Município da Figueira da Foz ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação deste órgão deliberativo de 30 de dezembro de 2013, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

5.12 - PROPOSTA DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO E RECONHECIMENTO PELA ELEIÇÃO DO VEREADOR JOÃO ARMANDO PARA PRESIDENTE DO COMITÉ MUNDIAL DO ESCUTISMO, APRESENTADO PELOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO SOMOS FIGUEIRA - EXTRA-AGENDA

Foi presente um Voto de Congratulação e reconhecimento pela eleição do Vereador João Armando Pereira Gonçalves para Presidente do Comité Mundial do Escutismo, apresentado à Câmara pelos vereadores da Coligação Somos Figueira, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Este voto de louvor foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "No outro dia brincava consigo, quando lhe perguntei se era uma das pessoas mais importantes do mundo.-----

Até pode não ser uma das pessoas mais importantes do mundo, mas é uma pessoa importante no mundo, designadamente, no mundo do Escutismo.-----

É com enorme satisfação, orgulho, gosto e prazer que a Coligação Somos Figueira, e penso que todos nós, votamos este Voto de Congratulação e Reconhecimento,



absolutamente justo e merecido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “O grupo municipal do Partido Socialista, obviamente, também votará favoravelmente este Voto de Congratulação, e manifesta o seu regozijo na eleição do Vereador João Armando Gonçalves para liderar o Comité da Organização Mundial do Movimento Escutista, que tanta importância tem na formação dos jovens.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária também se associa a este Voto de Congratulação, e está muito contente com esta distinção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Augusto Mateus e Maria Fernanda Lorigo, da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de louvor e reconhecimento a João Armando Pereira Gonçalves pela sua eleição para o cargo de Presidente do Comité Mundial do Escutismo, apresentado pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira em sede de reunião de Câmara.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava a votação a aprovação desta primeira parte da ata em minuta.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Augusto Mateus e Maria Fernanda Lorigo, da Coligação Somos Figueira Ana Laborda Oliveira, Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por unanimidade aprovar a primeira parte desta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a primeira parte desta sessão eram vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 5/2014
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 26-09-2014
2.ª Parte**

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 5 da Sessão Ordinária de 26-09-2014

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 10 de outubro de 2014-----

INÍCIO - Catorze horas e cinquenta e cinco minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha..... PS

MEMBROS - Mário João Menezes Paiva PS

Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais SOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da Cunha PS

José Manuel Pereira da Costa SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

Fernando Miguel Gonçalves Pereira PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa..... SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira..... CDU

Natália Jerónimo Pires..... SOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE

(Buarcos) José Manuel Matias Tavares PS

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro PS

(Lavos) José Elísio Ferreira de Oliveira INDEPENDENTE

(Maiorca) Filipe Humberto Mateus Dias SOMOS FIGUEIRA

(Marinha das Ondas) Manuel da Conceição Rodrigues Nada PS



(Moinhos da Gândara) Paulo Manuel Querido Rodrigues SOMOS FIGUEIRA
(Paião) João Paulo Gonçalves Pinto PS
(Vila Verde) Vítor Manuel Gonçalves Alemão PS
Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Luís Manuel Mendes Ribeiro, Ana Raquel Mendes Correia, João Filipe Carronda da Silva Antunes, José Augusto Fernandes Mateus, Maria Fernanda Marques Lorigo, Victor Manuel dos Santos Madaleno, e João Gomes Lopes.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.8 - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz que se assume como um documento de gestão, definição das principais prioridades do Município nos próximos 10 anos, na ótica de realizar um projeto de cidade/concelho, conferir estabilidade de longo prazo e coerência às políticas públicas municipais, e estabelecer as linhas orientadoras que fundamentarão o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 15 de setembro de 2014.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Nesta tarde iremos ouvir várias vezes a expressão «documento mais importante» da Figueira da Foz para os próximos 10/20 anos, dependendo daquilo que daqui resultar.-----

Abordando a questão do processo, o produto que temos aqui hoje à nossa consideração é o resultado de algumas diligências, muitos debates, algumas análises, conferências e estudos realizados no âmbito do Projeto Agenda21 Local. Acredito que alguns de nós, pelo menos, tenhamos lido o documento.-----

De seguida falarei da forma como este documento foi colocado a discussão pública. Durante estas duas últimas semanas, tive oportunidade de conversar com amigos e algumas pessoas minimamente interessadas no desenvolvimento da Figueira da Foz, e nenhum deles conhecia o documento.-----

Aliás, tive a oportunidade de mandar a muita gente este documento via email,



porque ele passou um pouco ou, se calhar, completamente despercebido à maioria das pessoas na Figueira da Foz.-----

Não nos devemos escudar naquela velha frase «as pessoas não se interessam, as pessoas não participam...». De facto, este documento resulta de um processo esquivo e apressado. Por que foi esta a forma escolhida? Porquê esta eventual pressa para colocar a discussão um documento que não é do conhecimento da grande maioria dos Figueirenses?-----

Em terceiro lugar analisarei a questão da forma. Não me parece, com toda a honestidade, que isto seja um Plano Estratégico. Este documento tem a forma de um conjunto de análises, algumas delas sectorialmente bem feitas. Tem a forma de documento que, eventualmente, servirá para nossa orientação, mas não tem a forma de um Plano Estratégico.-----

E vou dizer porquê. Por causa do seu conteúdo. Não tem, também, conteúdo de Plano Estratégico, porquanto, não tem um desígnio para a Figueira da Foz. Em dezenas de páginas deste documento, talvez fosse interessante perceber que o que é dito em relação à Figueira da Foz se podia adaptar-se à Póvoa de Varzim, Nazaré, Faro ou Portimão.-----

Quando acaba de ler este documento, qual é o conteúdo? Qual é a estratégia para a Figueira da Foz, para os próximos 10 anos?-----

Por último, temos na Figueira da Foz um escritor premiado que escreveu «As palavras que me deverão guiar um dia».-----

Sinceramente, eu não acredito que o Dr. António Tavares tenha tido o cuidado de pegar neste documento. A sério! Porque eu não acredito que um escritor consagrado permitisse que um documento como este tenha erros de ortografia, de construção frásica e não apresente uma conclusão.-----

Por isso, com toda a humildade e simpatia peço ao Dr. António Tavares que com calma pegue neste Plano Estratégico, e dê-lhe a forma de escrita que ele merece e os munícipes da Figueira da Foz merecem.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Li com atenção a proposta que nos é apresentada para discussão e aprovação. Na generalidade estou de acordo com o documento.-----

Parece, no entanto, ser demasiado exaustivo na apreciação do passado e do presente, e demasiado vago ou pouco objetivo relativamente a algumas propostas para o futuro, aliás o mais importante.-----

Passo a enumerar o que entendo que deve ser corrigido ou incluído porque lhe



noto a falta, e me parece importante que conste.-----
Obviamente, a minha tomada de posição é sobre a generalidade da proposta, mas compreenderão que incida mais objetivamente sobre a minha Freguesia.-----
Ordenamento do território - concordo que se definam claramente os núcleos urbanos, se limite drasticamente o crescimento fora desses núcleos, e se privilegie a reabilitação urbana. Mas para que haja um crescimento equilibrado na área do Município é fundamental alargar as áreas de construção das Freguesias, por forma a que os naturais nelas se possam fixar, continuar a viver e não se vejam forçados a deixar as suas terras para vir viver para a cidade, provocando uma carga suplementar de todas as infraestruturas existentes, algumas das quais não estão dimensionadas para a suportar, obrigando a enormes investimentos públicos, desinserindo as pessoas dos locais e hábitos que tinham adotado, e contribuindo para a desertificação do interior do Município.-----
Ambiente - concordo com o que é proposto, embora me pareça haver ali muita demagogia e que muito não será exequível, pelo menos, no curto/médio prazo. É a meu ver importante e inadiável que se melhore a iluminação pública nas Freguesias rurais. Locais há, onde parece que se vive à luz da vela ou dos archotes.-----
Nem só da Lagoa da Vela, das Braças ou das Salgueirinhas vive o Concelho da Figueira da Foz. Existem também as duas Lagoas dos Corvos na Freguesia de Lavos, a precisarem de ser recuperadas. Outrora bem pujantes e vivas, e hoje completamente mortas em consequência das descargas de efluentes provenientes da suinicultura existente nos Carvalhais que, alegremente, continua a ignorar ou a brincar com a Lei.-----
Mobilidade e Transportes - Concordo com a proposta prevista no ponto 6.2.7., mas é preciso concretizar, pelo menos, alguns recursos. Considero que devem ser especificadas a ligação Regalheiras/Costa e a ligação Zona Industrial, e se a perspetiva é alargá-la para Sul, mais necessária se torna até à Leirosa. E, numa fase seguinte, prolongá-la até entroncar no Carriço da Ciclovia que dali parte ininterruptamente até à Nazaré.-----
Redes de acessibilidade - inteiramente de acordo com a proposta. Parece-me, no entanto, importante que dela também conste e, por isso, o proponho, que seja prevista a construção de uma nova estrada que ligue o Nó do Outeiro, da saída da A17 ao IC1 junto ao entroncamento Celbi/Soporcel, e o alargamento para 04 faixas do troço do IC1 entre a Zona Industrial e o entroncamento da Celbi/Soporcel.----



Tecido empresarial e industrial - não posso mesmo aceitar e não vou nunca aceitar uma coisa a ser corrigida, que me parece simples, lógica e correta.-----
Não posso aceitar que se continue a insistir no erro de chamar ao Parque Industrial, Parque Industrial da Gala. Parece ser algo insignificante hoje, mas pode trazer problemas complicados no futuro. Veja-se o caso da Morraceira!-----
É fácil de resolver e, em tempos, já coloquei a questão à Câmara Municipal que me informou ser a designação oficial Parque Industrial da Figueira da Foz.-----
Na altura pareceu-me bem, e continuar-me-ia a parecer bem, se não existisse já uma Zona Industrial de Ferreira-a-Nova e se não houvesse a intenção de criar uma outra no Pincho. Passaremos, então, a ter um Parque Industrial da Figueira da Foz e os Parques Industriais do Pincho e de Ferreira-a-Nova, ou teremos o Parque Industrial da Figueira da Foz Polos 01, 02 e 03?-----
Parece-me importante e proponho que o Parque Industrial se passe oficialmente a designar Parque Industrial São Pedro/Lavos ou Lavos/São Pedro, para mim é indiferente.-----
Mar - discordo totalmente de qualquer solução que passe exclusivamente pela colocação de areias nas praias. É gastar dinheiro para passado muito pouco tempo voltar tudo ao mesmo. Será uma espécie de «pescadinha de rabo na boca».-----
Concordo com a proposta de construção de quebra mares. Para a Costa de Lavos proponho, uma vez mais, que seja feito mais um esporão, mais pequeno que o atual, a Sul do existente, a nascer no prolongamento da margem Norte do rego do Sul e que seja feito o enrocamento da barreira entre a Av.ª Vereador José Elísio e o Parque da Areia Branca.-----
Turismo - concordo com o proposto para a Ilha da Morraceira, conquanto não seja incompatível com o previsto nos pontos 9.1.1. e 9.1.2. Insisto para que seja prevista a instalação de unidades turísticas na área imediatamente a Sul da Costa de Lavos, nos terrenos onde em tempos esteve previsto, tendo até as obras sido iniciadas, o Parque de Campismo do Ministério das Finanças.-----
Espaços e atividades desportivas - nada contra, mas proponho que seja acrescentado um ponto para que nos terrenos existentes no cruzamento da IC1 com a estrada Regalheiras/Costa, a poente do IC1, seja prevista a instalação de equipamentos desportivos, tais como, hipismo, karting, tiro (tudo atividades que não temos), futebol e uma zona de equipamentos comerciais que possa viabilizar a construção daqueles equipamentos desportivos.-----
Cultura - nada a objetar em relação ao proposto. Pretendo e proponho que se



acrescentem muito objetivamente dois ou três itens, a saber, a criação da Rota dos Moinhos de molde a valorizar, do ponto de vista cultural e também turístico, os moinhos de Moinhos da Gândara e da Borda do Campo, a inclusão num Roteiro Cultural e/ou Turístico da Capela Octogonal de Seiça que, tanto quanto julgo saber, será o monumento mais antigo da área do Município da Figueira da Foz, a instalação de armazéns no Núcleo Museológico que nos fale do que foi a participação dos Lavoenses nas Guerras Peninsulares, na casa onde o General Wellesley estabeleceu o seu primeiro Quartel General, na Península Ibérica, e de onde partiu com os seus 14 mil homens para os confrontos com os Franceses no Vimeiro e na Roliça, e a dragagem do esteiro dos Armazéns.-----

Generalidades - não aceito e exijo que sejam corrigidos definitivamente os Mapas do Concelho constantes da proposta, no que respeita aos limites da Freguesia de Lavos com Vila Verde e São Pedro. Estão desatualizados e é imprescindível e correto colocá-los de acordo com a realidade e a Lei.-----

É cada vez mais urgente avançar com a Revisão do Plano Diretor Municipal e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de molde a que estes acolham as propostas constantes deste Plano Estratégico de Desenvolvimento.-----

Discordo totalmente de mais social, entre outras razões que seria fastidioso apontar, limito-me a referir, por exemplo, os 13 milhões de euros da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal.-----

Gostei da mensagem do Presidente da Câmara, nomeadamente, naquilo em que ele deixa expressa a sua perspetiva para o futuro do Município"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Na página 133 é referido um Dólmen ali na Freguesia de Alhadas. Entre anteontem ou ontem, tentei encontrar disponibilidade para lá voltar, mas, infelizmente, não me foi possível. Tanto quanto sei, aquele monumento nacional estava outra vez uma lástima, e é uma pena que sendo tão importante não haja um cuidado permanente sobre ele.-----

Lamentavelmente, eu sei que a tentação do vandalismo é muito presente e que não podem lá ter o exército a guardar o monumento, mas terá de haver a preocupação de se passar por lá amiudadamente, porque está afastado do núcleo populacional e aquele deve ser local de encontros menos felizes, acabando por ser ultrajado aquele monumento que devemos respeitar.-----

Na página 40, estamos a falar de espaços verdes, eu fiquei muito intrigada no



terceiro ponto das ameaças onde se lê «... sensibilização da população deficiente para a preservação dos espaços verdes dando azo a atos de vandalismo frequentes ...». O que é esta sensibilização da população deficiente? Isto desagradou-me profundamente, mas posso não ter entendido. Depois de sermos esclarecidos continuaria a minha intervenção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu reparei neste pormenor no texto do documento e pedi para ser retificado. Concordo em absoluto com a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. O que se pretendia dizer é «... a deficiente sensibilização...».”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Até pensei tratar-se de um erro de português e, também, concordo com o Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, quando mencionou os erros de português do documento.-----

Mas no ponto seguinte fala da «resistência da população em geral». Em dois pontos fala-se de população. E eu que me inclinava para que fosse um erro de posicionamento do subjetivo, acabei por ficar mais convencida que não o era.----

Em documentos desta importância, se calhar, o cuidado tem de ser outro.-----

Para nós não é mais ou menos o substantivo Plano que mais nos incomoda, é mais o estratégico, na medida em que temos aqui uma elencagem de diagnósticos de pontos fortes, fracos, e ameaças que podem ou não estar presentes, e depois, temos alguns desígnios, mas estes não estão, de maneira nenhuma, priorizados.-----

Se fossemos nós, Partido Comunista Português/Coligação Democrática Unitária, a construir um Plano Estratégico para a cidade, algumas das coisas que aqui estão estariam lá certamente, porque as consideramos importantes, outras não estariam porque não as consideramos tão importantes assim.-----

Mas a nossa vontade de que haja alguma mudança para esta cidade e alguma coisa nos faça progredir, ficar melhor e fazer algo, move-nos a que tivéssemos resolvido dar um voto de confiança e votar favoravelmente o documento, apesar das dúvidas que temos e de outra pecha da qual falará a deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, quando chegar a sua vez.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Gostaria de ler a Moção entregue no dia 26 de setembro, numa versão mais correta:-----

«O Bloco de Esquerda vem apresentar um voto de protesto pelo documento apresentado a esta Assembleia Municipal, já que o mesmo não reflete de forma



alguma o esforço financeiro investido para a totalidade dos estudos que, durante anos e anos, custaram centenas de milhar de euros ao erário público.-----
Para além do facto referido, o documento enferma de várias incongruências e, em certos pontos, de algum platonismo que não se coaduna com a objetividade minimamente exigível.-----
Por outro lado, e conforme o Bloco de Esquerda tem vindo a alertar e a sugerir desde há 5/6 anos, o tema TURISMO DE SAÚDE, área para a qual a Figueira da Foz já possui infraestruturas superiores a alguns polos de referência a nível internacional, a sua ausência no documento afigura-se-nos como uma falta de visão estratégica assinalável.-----
Sempre no sentido de apresentar soluções para os seus alvos de crítica, sugere o Bloco de Esquerda que a Câmara Municipal nomeie um Grupo de Trabalho para o Turismo de Saúde, com objetivos, planeamento e "deadlines" bem definidos.»-----
Gostaria de deixar aqui mais uma ou duas notas.-----
O Bloco de Esquerda teve a oportunidade de acompanhar algum do trabalho que esteve na base da elaboração deste Plano Estratégico de Desenvolvimento, e por isso mesmo, não pode afirmar que tenha sido apresentado de uma forma apressada, pois há muitos anos que isto anda a ser feito.-----
Quando eu falo num Plano Estratégico eu devo apresentar objetivos concretos e bem definidos, uma coisa que eu não consigo ler na totalidade deste documento. Isto faz-me impressão! Uma Estratégia é sempre para o futuro, nunca é para o passado ou presente.-----
Assusta-me o que vamos fazer dos cerca de 15 mil fogos devolutos existentes no Concelho. Preocupa-me o flop de uma eventual indústria de algas, que quisemos trazer para a Figueira da Foz e deu com «os burrinhos na água» porque a água a Sul da Ilha da Morraceira está completamente inquinada por matérias orgânicas da Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A.-----
Não sei se alguma vez as indústrias de bivalves, algas e piscicultura poderão ali ser feitas, a não ser que se corrija tecnicamente esse pormenor.-----
No ponto 3.4.5.2, a nível do Turismo, na sua análise de pontos fracos e pontos fortes, encontramos tudo quanto é preciso para um Turismo de Saúde - localização excelente no centro do País, acessibilidades rodoviárias e ferroviárias ótimas, o Hospital Distrital da Figueira da Foz com um Serviço de Urgências permanente, incluindo Pediatria, devia cá estar a Geriatria e Gerontologia mas não estão, eficaz funcionamento dos Serviços de Resgate e Serviços Médicos de Urgência no



Porto da Figueira da Foz, isto são tudo pontos fortes. Temos oportunidades de apostar em mercados praticamente inexistentes até hoje, como os Países do Norte da Europa, Estados Unidos, China e Japão, precisamente os países com maior movimento a nível mundial em Turismo de Saúde, e que não são difíceis de penetrar. "-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Pergunto se a Moção apresentada pelo deputado municipal João Paulo Tomé vai ser votada, porque se o for, não merecerá o voto favorável do grupo municipal do Partido Socialista.-----

De qualquer maneira, a Moção acaba por ter, pelo menos, um ponto que não pode ser descurado e que consideramos positivo.-----

Quando refere que este estudo não reflete de forma alguma o esforço financeiro de centenas de milhares de euros do erário, investido na quantidade de estudos feitos durante anos, desconheço os fundamentos e as fontes subjacentes à essa afirmação, sendo certo que não foram centenas de milhares de euros, com toda a certeza.-----

Relativamente ao Turismo de Saúde, um tema muito caro ao deputado municipal João Paulo Tomé, ele diz que a Figueira da Foz possui infraestruturas superiores a alguns polos de referência a nível internacional. Nós confessamos ser um pouco leigos nessa matéria, ele será com certeza muito mais erudito nessa área. Contudo, gostaria que ele explicasse melhor quais são essas infraestruturas superiores que a Figueira da Foz possui.-----

O grupo municipal do Partido Socialista não considera que este documento tenha uma falta de Estratégia assinalável.-----

Quanto à nomeação de um Grupo de Trabalho para o Turismo de Saúde, dadas as interrogações surgidas aqui em relação às reais capacidades do Concelho da Figueira da Foz, acho que seria louvável a sua criação.-----

Gerou alguma confusão o facto de os quadros do documento indicarem Freguesias já extintas, nomeadamente, as Freguesias de São Julião, Brenha, Borda do Campo e Santana. O executivo terá oportunidade de corrigir isso ou explicar as razões da sua menção no documento.-----

Farei, agora, uma intervenção genérica sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento, sem prejuízo de, à posteriori, poder vir a intervir sobre dados mais concretos.-----

Para levar a cabo a tão ambicionada Revisão do Plano Diretor Municipal era



necessário que a Autarquia definisse os objetivos estratégicos pretendidos para o Concelho da Figueira da Foz. Uma exigência do Ministério da Tutela a que a Autarquia não se podia eximir.-----

Apesar de ter como base a Agenda21 Local, com audição de todos os parceiros sociais, culturais, industriais, portuários, Instituições Particulares de Solidariedade Social, etc., o Plano Estratégico de Desenvolvimento foi elaborado por este executivo, sendo da sua responsabilidade a escolha dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do Concelho.-----

Porquê, agora? Para além da exigência governamental, também, o facto de só agora estarem tomadas as opções estratégicas mais abrangentes e que condicionam o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, nomeadamente, o Plano da Região de Coimbra, Plano da Região Centro, e o Portugal 2020.-----

Todas as opções futuras do Município têm de estar englobadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento para poderem vir a ser implementadas. Não vale a pena projetar grandes obras e sonhos. Trata-se de um conjunto de opções, algumas com maior dimensão e importância do que outras, não descurando nunca a iniciativa do investimento privado, enquanto parceiro privilegiado da Autarquia. Foi e é injusta, demagógica e sem fundamento a crítica da Coligação Somos Figueira que aponta a falta de estratégia e esclarecimento no documento.-----

Por certo, a Coligação Somos Figueira ou não leu o documento devido à sua extensão ou, então, está de má fé. É que, também na reunião de Câmara, a Coligação Somos Figueira em vez de mostrar motivos de discordância e/ou alternativas em relação às opções feitas, refugiou-se na cómoda posição de achar o documento muito extenso, de difícil leitura e sem ambição.-----

Aliás, tal posição é ainda mais ininteligível quando no passado, 1998/1999, o então executivo do Partido Social Democrata, de Santana Lopes, produziu um documento denominado «Alguns princípios para a Revisão do Plano Diretor Municipal», o qual se encontra anexo ao ponto 5.9 desta Ordem de Trabalhos, em que além da necessidade da melhoria das acessibilidades, desiderato já ultrapassado, apontava como prioridades do Concelho a construção do Aeródromo e de um novo Estádio Municipal em Lavos, opções estratégicas que a então maioria julgava essenciais para o futuro do Concelho.-----

O citado documento produzido pela maioria do Partido Social Democrata tinha mais ou menos 170 páginas e o atual Plano Estratégico de Desenvolvimento tem só 144.-

O Plano Estratégico de Desenvolvimento visa além do mais evidenciar as



potencialidades do Concelho da Figueira da Foz. Não é um mero conjunto de intenções, como se diz. É um conjunto de propostas concretas, como podem ver nas extensas análises de swot introduzidas no mesmo, cuja realização dependerá sempre da disponibilidade financeira à altura, e também da já falada parceria com o investimento privado. Não nos podemos esquecer que a Autarquia não tem neste momento, nem tão brevemente, capacidade financeira para fazer face a todas as iniciativas que pretende levar a efeito, tal não querendo dizer que não as tenha programadas e incluídas no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento.-----

O atual executivo teve então a coragem de traçar um rumo, pensado a 10 anos, vinculando-se a opções estratégicas que entende serem as melhores e mais acertadas face à atual conjuntura do Concelho.-----

Um Concelho onde a sustentabilidade financeira da autarquia é agora uma realidade, onde a gestão criteriosa dos dinheiros públicos e o total cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro começam a dar frutos, permite pensar o futuro com a serenidade necessária. Tivemos de arrumar a casa primeiro!-----

Um Concelho cujo crescimento económico é uma realidade, nomeadamente, pela expansão da indústria agroalimentar de transformação e confeção, e indústria papeleira. A Figueira da Foz representa 42% da produção da Região de Coimbra e 1/3 da produção da Região Centro.-----

Um Concelho que tem o segundo maior Porto de Pesca do País, onde o mar e as atividades a ele ligadas assumem grande predomínio. A piscicultura e pescas, a aquacultura, a produção do sal e os desportos náuticos são atividades que podem e devem ser cada vez mais acarinhadas.-----

É claro que também há aspetos menos bons, aqui detetados e diagnosticados e que deverão ser superados, a saber, a necessidade de aprofundar o canal de navegação para a quota ideal de 09 m, a necessidade de readaptar os cais de acostagem, o fomento do turismo de cruzeiros e iates, a desejável ligação ferroviária ao Porto, com o melhoramento da Linha do Oeste, a criação de uma Zona Industrial a Norte, no Pincho, localizada junto ao Nó da A17, o necessário aproveitamento do areal terá de passar obrigatoriamente pela sua naturalização, já em marcha, o fomento dos transportes públicos, desde que sustentáveis, o incremento à reabilitação urbana, que é já uma realidade, a tão desejada ligação entre o Cabo Mondego, a Murtinheira e Praia de Quiaios, pela denominada estrada panorâmica «Enforca Cães», a preservação do património histórico e cultural existentes, etc... -----



Seria exaustivo elencar aqui a análise swot feita aos pontos fortes e fracos do nosso Concelho, bem como, as estratégias e ações a desenvolver. Por certo, nem uma sessão inteira da Assembleia Municipal daria para isso.-----

Conforme é referido no prólogo do Plano Estratégico de Desenvolvimento, o executivo mostra-se disponível para discutir medida por medida, análise por análise, opção por opção. O Plano Estratégico de Desenvolvimento não é um documento fechado, pelo contrário, é adaptável e flexível, aberto a revisões futuras.-----

Assim, o grupo municipal do Partido Socialista saúda o executivo camarário pela sua determinação, coragem e estratégia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Eu não sei se o meu português é legível, mas a Moção pretende apresentar uma solução. E as críticas feitas, de uma forma bastante concentrada, eu também as ouvi quer da parte da Coligação Somos Figueira, quer da parte do próprio Partido Socialista.-----

O Bloco de Esquerda não está contra o Plano Estratégico de Desenvolvimento, apenas alerta para pontos fracos, que podem ser melhorados, e apresenta uma solução."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda é para a criação de um Grupo de Trabalho para o Turismo de Saúde. Certo?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Figueiredo Pais.-----

VITOR FIGUEIREDO PAIS: "Fiquei um pouco atónito com a intervenção do deputado municipal Nuno Melo Biscaia. Eu não sei se ao dizer aqui qualquer coisa contra este Plano Estratégico de Desenvolvimento vou ser, desde logo, demagogo, tanto mais que estou do lado do grupo municipal da Coligação Somos Figueira.-----

Eu lamento, desde logo, que este trocar de ideias seja inquinado desta maneira. Acho que devíamos olhar para o Plano Estratégico de Desenvolvimento como um documento fundamental para a Figueira da Foz, transversal a todos os partidos. E quando, desde o princípio, porque não concordo ou discordo do ponto A ou B, sou logo apelidado de demagogo, que os meus antecessores nada fizeram e o Dr. Santana Lopes fez assim e assado, começa muito mal esta discussão.-----

A mim como figueirense, acima de tudo interessam-me pouco essas questões.-----

Gostaria muito mais de dizer - tenho um Plano Estratégico de Desenvolvimento que vou analisar e tentar melhorar. Isso sim, era construtivo. Tudo o resto,



desculpem-me, mas é conversa fiada e muito pouco acrescenta.-----
Aliás, registei uma frase do Presidente da Câmara quando disse ter horror às más práticas. Concordo inteiramente, não sendo, todavia, tão radical quanto ele, porque eu não tenho um horror veemente contra as más práticas, eu não gosto delas.-----

Começar a discutir um Plano Estratégico de Desenvolvimento sobre o ponto de vista político-partidário, acho profundamente errado e é certamente uma má prática.-----

Fiquei encantado quando me entregaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento e pensei cá para comigo «finalmente, ao fim de 20 anos dão-me um documento que pretende vir a olhar para a Figueira da Foz». Li-o com muita curiosidade. Fiquei um pouco assustado com as suas 144 páginas, cinco vetores, sessenta e cinco temas ou eixos, e trezentas e quinze ações. Parecia-me coisa a mais para um Plano que tem de ser viabilizador de todos os Figueirenses.-----

Aliás, o Vereador António Tavares num artigo de opinião no Diário As Beiras, em 23 de setembro, disse que os Figueirenses se esqueceram do Plano Estratégico anterior, e fez votos que não esqueçam este.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento tem de definir obrigatoriamente os grandes desígnios para o nosso Concelho, com metas, prazos, tornando possível aglutinar os atores, a saber, os agentes económicos, institucionais e cidadãos em torno dos mesmos.-----

Todos comungamos, certamente, das aspirações do Presidente da Câmara Municipal de querer um Concelho próspero, no qual a qualidade de vida proporcionada aos seus habitantes seja um fator de distinção e atração, tornando-o uma clara referência a nível do país ou, até mesmo, num mundo mais largado do nosso espaço geográfico. Por isto tudo, um Plano Estratégico de Desenvolvimento é um documento fundamental, resultado de um processo racional, sistemático e planificado, do qual se pretende obter uma clara orientação para o futuro a médio/longo prazo, sendo o cidadão o centro dos seus vetores.-----

A sua construção deve iniciar-se com uma análise da evolução do nosso Concelho nos últimos anos, para a partir dela caminhar para o futuro.-----

Também é fundamental o conhecimento do contexto envolvente, o qual deve ser analisado e bem conhecidas as suas potencialidades e fragilidades, para se evitarem situações de conflito. Um Plano Estratégico de Desenvolvimento começa por definir uma visão de forma muito clara. O que é que a Figueira da Foz quer



ser num futuro próximo? Esta visão tem de ser ambiciosa, mas sempre possível de quantificar por forma que possamos, a qualquer momento, medir onde estamos e qual é o caminho que falta percorrer para atingir os nossos objetivos. Ou seja, tem de ter objetivos concretos que possam ser avaliados permanentemente. Para cada objetivo é construída a sua própria estratégia, na qual se começa por fazer uma análise do contexto envolvente, pois a sua influência não é, certamente, inócua para o alcance desses mesmos objetivos.-----

Uma das formas de definir estratégias pode ser, por exemplo, o desenvolvimento de ações cujos objetivos são valorizar os pontos fortes, superar os pontos fracos, explorar oportunidades e neutralizar as ameaças. Para se atingirem os objetivos é indispensável a participação dos atores envolvidos neste processo, Câmara, instituições, agentes económicos e cidadãos. Devem todos ser chamados a participar ativamente na elaboração deste mesmo Plano. Sem a participação dos destinatários as ações dificilmente poderão vir a ter êxito.-----

A Figueira da Foz daqui a 10 anos quer ser a melhor cidade para se viver, de entre as da Região Centro, e estar entre as 05 melhores do país? Quer captar 20% dos turistas nacionais, e aumentar 25% o fluxo dos turistas internacionais? Quer crescer 30% no turismo náutico de recreio? Quer ser uma cidade de referência no setor da aquacultura? Aqui estão meros exemplos de desígnios.-----

Os desígnios originarão políticas e ações transversais a todos os pilares de desenvolvimento. Os desígnios não podem ser estanques, e devem ser planeados e indicados os recursos previstos para que se possam alcançar.-----

Infelizmente, o documento distribuído não aponta nenhum caminho para um futuro próximo e terá, provavelmente, muita dificuldade em não ser esquecido, como o Vereador António Tavares receia. Ele é por si só demasiado extenso, quer tratar de tudo e acaba por nem sequer definir ou indicar nenhum caminho de desenvolvimento.-----

Eu compreendo que o executivo tenha de apresentar este documento porque tem outubro de 2016 como meta para aprovação do Plano Diretor Municipal, sem o risco de incorrer em penalizações, essas sim, seriam muito graves para o Município. Mas essa necessidade não implica que o documento não tivesse sido discutido e cuidado de outra forma, que não tivesse erros já aqui referidos e redundâncias que são muitas.-----

Por exemplo, diz-se na análise swot da página 77, que a restauração tem qualidade e na página 96 diz-se o contrário, lê-se na mesma página que a falta



de mão de obra qualificada pode justificar a deslocação das empresas, mas nos pontos fortes afirma-se a tradição industrial do Concelho com mão de obra qualificada!-----

Pela minha parte declaro, desde já, a minha total disponibilidade para contribuir para um Plano Estratégico de Desenvolvimento que se venha a fazer na Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "A Moção apresentada pelo deputado municipal João Paulo Tomé tem de ser votada. Ademais, no seu conteúdo diz que se vem apresentar um Voto de Protesto, razão pela qual esta Assembleia Municipal tem de decidir se protesta ou não.-----

Eu votá-la-ei desfavoravelmente, pelos pressupostos contidos no texto, sem embargo de manifestar, também, a minha concordância relativamente à importância que o Turismo de Saúde pode ter aqui, numa estratégia de turismo para a Figueira da Foz, ainda por cima, se for encontrado um esquema de colaboração com a Câmara Municipal de Soure e com as suas velhas Termas, agora em recuperação.-----

Eu acho que não haver nunca nenhum Plano Estratégico de Desenvolvimento que agrade a todos, e o pior será não haver nenhum Plano Estratégico de Desenvolvimento.-----

De qualquer modo, penso que o executivo estará aberto a aceitar contributos, e eu da minha parte farei questão que as minhas propostas sejam votadas nesta Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "Não há aqui ninguém contra este Plano Estratégico de Desenvolvimento. Aliás, eu penso que a grande maioria de nós até se poderá questionar porque é que este Plano não existe há mais tempo. Sendo o Município uma entidade, como qualquer entidade, tem de ter uma estratégia definida. Tem de conhecer os seus pontos fortes, fracos, as suas ameaças e oportunidades. Isso já deveria estar elencado há muitos anos.-----

Qualquer Plano nasce de uma ideia, submetida a uma análise, precisando depois de agentes impulsionadores, de motivação, e que a sociedade em geral acredite nele. Não há Planos perfeitos, como também já aqui foi dito, mas a capacidade de o aplicar depende sempre destas sinergias.-----

Numa análise swot, ou neste tipo de Planos, os técnicos variam sempre de opiniões. Por exemplo falando da mão de obra qualificada, a qualificação de um



profissional há 20 anos, e as necessidades e competências desse mesmo profissional não são as mesmas necessárias hoje em dia.-----

Dou os parabéns ao executivo por apresentar este Plano e por o querer melhorar.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Figueiredo Pais.-----

VITOR FIGUEIREDO PAIS: “As referências contraditórias quanto à mão de obra qualificada, deixe-me dizer-lhe que eu não sou um especialista de análises swot mas acho estranho.-----

Quanto ao resto, o deputado municipal Fernando Miguel Pereira, já sabe da disponibilidade do executivo, e bem, para melhorar este Plano Estratégico de Desenvolvimento, portanto, sabe mais que nós.-----

Eu sou contra este Plano Estratégico de Desenvolvimento por uma coisa muito simples, porque eu gostava que a minha terra, daqui a 10/15 anos, fosse muito mais que isto. Neste documento não há qualquer compromisso de se fazer o que quer que seja.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “O meu comentário tem a ver com o que li na página 144, onde se diz que este Plano ficará aberto a revisões futuras, e ninguém que possa conceber um Plano Estratégico de Desenvolvimento poderá pensar de forma contrária.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Vou falar sobre os transportes.-----

Na página 64, menciona-se que, relativamente às acessibilidades ferroviárias, a Figueira da Foz se encontra presentemente servida pela Linha Urbana de Coimbra, que efetua a ligação entre Figueira da Foz/Coimbra e que aqui, e dizem muito bem, em Coimbra lhe confere alternativa rápida e confortável no acesso às áreas de Lisboa e Porto. Isto é verdade! Porque nós demoramos tanto tempo de Figueira a Coimbra como de Coimbra a Lisboa ou ao Porto. O que é lamentável.-----

No tocante à mobilidade e transportes, na análise swot da página 59, refere-se como ponto forte as boas vias de comunicação com o exterior, variantes e ligação ferroviária. Nas ameaças, afirma-se que os transportes públicos são massa crítica na Zona Urbana que permita o retorno de investimentos a realizar. Eu gostava que me esclarecessem isto.-----

Na página 69, quando se fala na modernização da rede ferroviária, todo o ponto é virado para o transporte de mercadorias. No primeiro ponto fala da modernização da Linha do Oeste mais Ramal de Alfarelos, que potenciará o reforço da



competitividade através da melhoria das condições de circulação de mercadorias e pessoas. Mas os pontos seguintes referem-se exclusivamente ao transporte de mercadorias.-----

Depois, tem aqui uma coisa do meu ponto de vista muito interessante sobre os transportes urbanos. Dão a entender que não há melhores transportes urbanos porque não há pressão. A Coligação Democrática Unitária continua a pensar que a concessão do Transporte Coletivo na Figueira da Foz tem de ser repensada, para as pessoas começarem a deixar o carro em casa.-----

Na página 60 acho interessante como é que num Plano Estratégico de Desenvolvimento desta dimensão, o ponto 6.2., sobre a bicicleta, tem nada mais nada menos que sete subpontos.-----

Relativamente à questão do Mapa das Freguesias, a Coligação Democrática Unitária acha que o Mapa pode ficar assim, porque tem a convicção de que um dia as Freguesias voltarão ao que eram.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “O grupo municipal do Partido Socialista considera muito injusta a crítica feita pelo deputado municipal Vitor Figueiredo Pais, quando afirmou em tom animoso que este Plano Estratégico de Desenvolvimento não tem uma única proposta, nem um único compromisso. Isso é falso!-----

Há efetivamente propostas concretas, hierarquização de prioridades, como pode constatar. Considerámo-lo um documento realista, prático, as ao mesmo tempo, não escamoteia a realidade.-----

No prólogo do documento, na mensagem do Presidente da Câmara fala-se, e bem, que este Plano Estratégico de Desenvolvimento ficará aberto a revisões futuras. Portanto, é o próprio Presidente da Câmara que se vincula a que este seja um documento flexível, e de outra maneira não poderia ser.-----

Criticou-se que a nossa análise poderá ter sido de certa maneira politiqueira, que nos teríamos debruçado sobre o passado da maioria Partido Social Democrata e que não seria isso que interessaria para análise deste documento. Concordo plenamente! Não é a análise do passado ou do que foi menos bem feito no passado que interessa estar aqui a discutir. Interessa-nos o futuro e o desenvolvimento da Figueira da Foz.-----

Agora, deputado municipal Vitor Figueiredo Pais «quem não se sente não é filho de boa gente» e «quem tem telhados de vidro não deve atirar pedras ao vizinho».”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Carlos Manuel Rabadão.-----



CARLOS MANUEL RABADÃO: "Ninguém rejeita a necessidade deste Plano, porque ele é fundamental para a definição de prioridades do Concelho. Vou falar de algumas dualidades verificadas no documento, pelo menos do meu ponto de vista.-----
Relativamente ao ordenamento do território e ao Plano de Urbanização de Quiaios, esclareço que o Plano de Urbanização é o da Praia de Quiaios e Murtinheira. Quiaios não tem Plano de Urbanização. É uma coisa sem importância, mas revela, desde início, uma falta de rigor do documento.-----
Refere que o Plano de Urbanização não reflete o crescimento realizado na Praia de Quiaios, mas ele reflete esse crescimento, ele não reflete é um conjunto de infraestruturas que foram colocadas na altura em que o Plano foi feito.-----
Fala-se aqui de uma ameaça - o excesso do número de fogos no território face ao número de habitantes e mesmo de visitantes. Considera-se uma ameaça, mas eu entendo que não o é. Para mim isto seria uma oportunidade, um desafio, porque tenho é de potenciar a utilização deste número de fogos em excesso. Estão em excesso porque todo o Concelho da Figueira da Foz é turístico e nós só temos de potenciar a sua utilização nos meses de Verão.-----
Nas oportunidades deste ponto, preveem-se a elaboração do Plano de Pormenor para Zonas com Risco Elevado de Erosão Costeira, e falam, também, em efetuar um Plano Integrado para a Serra da Boa Viagem/Cabo Mondego/Lagoa das Braças e Vela. Eu, normalmente, associo oportunidades a qualquer coisa que tenha a ver com fatores externos. Por isso, tenho sérias dúvidas que isto se classifique como uma oportunidade. A oportunidade seria existirem projetos de financiamento que potenciasses estes estudos ou estes planos em si mesmos. Estes planos são ações! Como ameaças indicam o risco de incêndio e o de criminalidade. Não as considero ameaças. Eu diria que uma ameaça seria a ocorrência de um incêndio, porque o risco é a probabilidade de isto acontecer.-----
No ambiente, mais uma vez, as oportunidades identificadas têm a ver com ações bem definidas, algumas delas até acabam por aparecer depois elencadas como ações na Tabela que se segue à análise swot.-----
Na energia, penso que será uma imprecisão - diz o texto que se constata que 65% dos custos com eletricidade do Concelho respeitam à iluminação pública - e eu suponho que seja com os gastos no Município.-----
É classificado como ponto fraco o excesso de iluminação pública em muitos locais. Eu discordo! Pelo menos, na zona onde vivo e por onde ando, e nas áreas mais rurais, não noto excesso de iluminação pública, pelo contrário há falta de



iluminação. Desde que este executivo iniciou funções houve uma série de cortes de energia.-----

Identificam como ameaça o Contrato de Concessão com a empresa de eletricidade ter limitações. Isto é mesmo um ponto fraco e não uma ameaça. É um problema que se resolve com uma renegociação.-----

Depois, são usadas aqui duas afirmações que eu acho que não deveriam cá estar - consciência errónea da população de que menos iluminação é igual a menos segurança, e falta de sensibilidade da população para a poupança de energia, quer nos equipamentos municipais, quer nas suas casas. Acho um bocadinho abusivo colocar aqui estas afirmações sobre as pessoas. Que fundamentação técnica ou científica têm sobre o que aqui está escrito? Eu sinto-me pessoalmente ofendido com estas palavras.-----

Na gestão de recursos hídricos falta, pura e simplesmente, a análise swot, o que demonstra alguma incoerência na forma como este documento foi feito.-----

Na relação com o Mar lê-se aqui que assume particular relevo a dinâmica dos agentes privados que, tirando partido da condição de contextos favoráveis, desenvolvam modelos de negócios competitivos na atividade primária relacionada com o Mar, desde a aquicultura, produção de algas, salinicultura, pescas, etc. Cá está um ponto importante. Todavia, não consegui identificar aqui como vamos rivalizar com outras zonas junto ao mar e que estão já fortemente apoiadas pelo sistema científico nacional? Refiro-me a Aveiro, Algarve, Peniche que têm centros de investigação específicos na área do mar. Como nos vamos afirmar e evidenciar relativamente a estas potências?-----

Temos de ir por aí, temos uma Universidade histórica em Coimbra, temos aqui o potencial do Mar, e é estranho nunca ter aparecido um Centro de Investigação que aproveite os recursos daqui. Devíamos potenciar um Polo de Investigação nesta área das Ciências do Mar.-----

Por comparação com os Planos Estratégicos que conheço, salta-me logo aqui à vista um conjunto de coisas que eu entendo estarem em falta. Como vou avaliar a execução deste Plano Estratégico de Desenvolvimento? Como vou medir o seu grau de execução? Fala-se aqui, por exemplo, num conjunto de ações como a otimização das rotas e percursos, condução defensiva, renovação da frota recorrendo a veículos mais eficientes e bikes, estabelecimento de metas e objetivos. Como se vai medir isto? São para fazer quando? Em que anos civis? Quem são os departamentos, Vereadores, funcionários com responsabilidade por determinadas



ações?-----
Portanto, temos ações elencadas e daqui a 10 anos são inconsequentes, porque não houve ninguém responsabilizado para as executar.-----

Para terminar, e não obstante considerar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de grande importância estratégica para o nosso Concelho, faço uma avaliação negativa deste documento. Negativa, não pelas ideias, pois estão aqui ideias excelentes na sua maioria partilhadas por todos. Mas tenho a perceção de que este documento resulta da integração de várias partes, provavelmente algumas da Agenda 21, outras feitas por departamentos da Câmara, foram juntas, mas faltou aqui dar algum tratamento. E isso faz com que haja aqui um conjunto de debilidades quanto à sua forma, designadamente, a coerência entre secções, uniformização de formatos, qualidade de algumas imagens e legendas, contendo, também, diversas imprecisões ao nível da análise formal, nomeadamente, ao nível da identificação de ameaças e oportunidades.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Costuma dizer-se que todos nós temos direito a um «mau momento», e eu estava à espera que o deputado municipal Nuno Melo Biscaia aceitasse que a sua primeira intervenção foi, de facto, um «mau momento». Mas quando estava à espera que corrigisse o tiro, fez pior.-----

Não há da parte do grupo municipal da Coligação Somos Figueira qualquer objeção não só em participar na melhoria deste documento, mas também quanto à sua disponibilidade de não transformar esta discussão numa qualquer gincana política.-----

Por exemplo, o Presidente da Câmara, e muito bem, tem um texto introdutório de apelo à participação, e vocês na página 09 do documento afirmam que em 2009 se iniciou um novo rumo.-----

Nós estávamos à espera de uma «obra prima» e saiu-nos a «prima do mestre de obras». Isto não é um Plano Estratégico de Desenvolvimento.-----

Eu sei que faz parte da mentalidade portuguesa o «não li, não conheço, mas não concordo» e, neste caso, da vossa parte é «não li, não conheço, mas concordo».--

Deputado municipal Fernando Miguel Pereira, a Coligação Somos Figueira não está contra este documento, mas por favor, não lhe chamem documento estratégico, porque estratégia pressupõe escolher. Onde está aqui a escolha? Onde está aqui o desígnio? Onde está a estratégia?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----



MÁRIO MENEZES PAIVA: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, acabou de dizer que os quadros que o ajudaram na campanha da Coligação Somos Figueira são mais competentes do que os trabalhadores desta Câmara Municipal, e isso deixa-me triste. Os trabalhadores desta autarquia dão todos os dias o seu melhor para que esta Câmara e a Cidade cresçam.-----

Na sua primeira intervenção contradisse-se, quando afirmou que ninguém conhece o Plano Estratégico de Desenvolvimento na Figueira da Foz, mas depois acabou por referir ter havido um largo debate, e ocorrido conferências.-----

Falou em demagogia, mas não sei de onde ela vem.-----
Devo dizer, e com todo o respeito que tenho por ele e ele sabe-o, não esperava outra intervenção, se não esta, do deputado municipal Vitor Figueiredo Pais. Foi uma intervenção demagógica.-----

Façamos aqui uma reflexão desde o término do mandato do Eng.º Aguiar de Carvalho, e a verdade inegável é que este é o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento apresentado a esta Câmara Municipal e à Figueira da Foz.-----

O Presidente da Câmara Dr. Pedro Santana Lopes não apresentou nenhum Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Figueira da Foz, apresentou, sim, um Plano pessoal e de estratégia de marketing político. E deu resultados, porque o levou a Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Primeiro Ministro e, quem sabe, a candidato a Presidente da República. E para o Concelho da Figueira da Foz levou a dívidas e pouca sustentabilidade!-----

Este Plano que vamos aprovar hoje e vai entristecer o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, foi precedido de um ano de trabalho, com debates nas Freguesias aquando da Agenda 21 Local. Em 2011 e 2012, fizeram-se redes temáticas, foram ouvidos todos os parceiros, desde as Coletividades às Instituições Particulares de Solidariedade Social, parceiros portuários, empresas, e vem-me dizer que os figueirenses não conhecem o Plano Estratégico de Desenvolvimento. Eu tive a oportunidade de estar presente em algumas destas reuniões, mas não vi lá nenhum de vocês. Até podem ter estado naquelas em que eu não estive...-----

Este é um Plano Estratégico de Desenvolvimento concretizável e isso parece-me muito relevante. Os figueirenses não querem um Plano Estratégico de Desenvolvimento a dizer que vamos ter um aeroporto internacional e uma linha de TGV (Train à Grande Vitesse), porque isso não é concretizável, não querem ouvir mentiras dos políticos e deste executivo. Com este Plano Estratégico de



Desenvolvimento nenhum figueirense poderá dizer que o executivo mentiu neste ponto ou naquela ação.-----

Não discutamos o acessório e preocupemo-nos com o essencial.-----

Concluo, referindo ser muito importante potenciar-se a economia local e vermos este Plano Estratégico de Desenvolvimento concretizado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Eu espero que todo este debate não prejudique o exercício do contraditório quando o Presidente da Câmara nos honrar com a sua intervenção.-----

Este documento que de estratégico, em minha opinião, apenas tem o nome, fez-me lembrar que a determinada altura da minha vida autárquica me foi solicitado que eu ficasse como Coordenador do Programa Eleitoral. Bem, perguntei na altura ao candidato quais eram as suas ideias do Programa Eleitoral e ele tinha-as bem definidas por setores. Comecei, então, a pegar nos programas eleitorais anteriores, e aquilo eram páginas e páginas e páginas que nunca mais acabavam. Manifestei a minha incapacidade de fazer um Programa Eleitoral e percebi que, efetivamente, para além daquilo que interessava, que era pouco, mas bom, era preciso preencher várias folhas e várias páginas para o Programa Eleitoral ser muito grande. Na altura, não sei se já se faziam os exercícios de Copy/Paste que aqui temos, mas era em tudo semelhante.-----

Quero repetir o que já foi dito aqui pelos meus colegas de grupo municipal, a quem aproveito para felicitar pelas suas oportunas intervenções - acreditem os deputados municipais do Partido Socialista ou não, nós gostaríamos de estar aqui com outro tipo de postura. Seria um motivo de satisfação para todos nós estarmos aqui perante um documento que fosse, efetivamente, um documento estratégico.----

Meus queridos amigos, quem quiser ser politicamente sério nesta sala considera este documento absolutamente deplorável, sem prejuízo do enorme respeito por quem o fez, que podem ser excelentes funcionários da Câmara, mas não têm jeito nenhum para fazer isto! Repito, este documento é, em minha opinião, deplorável!-

Como disse o deputado municipal Vitor Figueiredo Pais, e bem, antes da intervenção da Coligação Somos Figueira já o deputado municipal Nuno Melo Biscaia entrou a «cascar» politicamente, acusando a Coligação Somos Figueira de vir fazer críticas infundadas.-----

Mas eu sou daqueles que assumo não ter lido na íntegra, nem pouco mais ou menos, este documento, assim como, estou convencido que 99,9% das pessoas desta sala



também não o leram.-----
Para além da mensagem do Presidente da Câmara num documento que se quer estratégico para a Figueira da Foz, por muito que o Presidente acalente a ideia que vai estar aqui mais 10 anos, digamos a capitanear e a reivindicar para si e para o seu executivo este Plano Estratégico de Desenvolvimento, a certa altura, eu leio o seguinte «Em 2009 iniciou-se um novo rumo no Município da Figueira da Foz;...», portanto, quando o Presidente João Ataíde das Neves ganhou as eleições pela primeira vez, «... um Rumo em que importava devolver a esperança aos Figueirenses. Era necessário Acreditar de Novo. De modo a devolver a confiança aos Figueirenses foi necessário "arrumar a casa", retomar a autoridade administrativa da Câmara, repor a confiança perdida nos agentes locais.» Isto devia estar numa página do Partido Socialista, mas não, está num documento que se pretende seja estratégico para a Figueira da Foz!-----
Deputado municipal Nuno Melo Biscaia não é a Coligação Somos Figueira que vem fazer política com este documento.-----
Todos nós estamos aqui para fazer política, não sejamos ingénuos. Agora, quem inquinou politicamente este documento foi quem o escreveu ou, pelo menos, quem escreveu esta parte, e foi o deputado municipal Nuno Melo Biscaia com a sua intervenção, que eu considero pouco feliz sob o ponto de vista político. O deputado municipal Nuno Melo Biscaia terminou a sua intervenção dando os parabéns pela determinação, coragem e estratégia à Câmara e ao seu Presidente, mas isso são frases feitas na política!...-----
Os comentários do deputado municipal Mário Menezes Paiva sobre o Dr. Santana Lopes são de tal maneira pequeninos e menores que eu nem sequer vou debruçar-me sobre esse assunto. É minha convicção também que 99,9% das pessoas que aqui estão, embora digam o contrário, têm muitas saudades dele, porque acho que o trabalho dele foi ímpar.-----
Mas vamos ser claros, meus queridos amigos quais são as conclusões que tiram deste Plano Estratégico de Desenvolvimento? Como é possível tirar conclusões desta miscelânea? Isto é um Copy/Paste de banalidades, vulgaridades, generalidades! Isto não faz sentido!-----
Tem, efetivamente, alguma informação relevante, mas por muito esforço que o executivo faça não é possível tirar daqui nenhuma conclusão!-----
Por exemplo, cativar o turismo de iates e de cruzeiros, vejam a estratégia - promover o turismo dos iates, melhorar a marina, dar a conhecer aos



proprietários o Porto e a Marina, cativar os cruzeiros que também passam ao lado da Figueira da Foz e não param, incentivar os jornalistas e publicitar a Marina de Recreio da Figueira da Foz. Desculpem, mas isto não são vulgaridades?! Não são banalidades?!-----

Como é possível elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento em que se apontam centenas de sugestões? Deputado municipal Nuno Melo Biscaia afirmar que a Figueira da Foz tem tido crescimento económico e querer dar os louros disso à Câmara! Quem me dera!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "No essencial fico satisfeito com o que ouvi, até porque as críticas não são consistentes e são contraditórias em si mesmas.-----
Vejamos, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira afirma que o documento tem excelentes ideias e está bem feito, já o deputado municipal José Pereira da Costa, que não o leu, qualifica-o de deplorável. Eu aceito que o facto de não ter lido, pelo menos, 99,9% do seu conteúdo, lhe permita avançar logo para o adjetivo deplorável.-----

Um documento que se pretenda estratégico tenta consagrar uma definição de objetivos, que tenham particularmente em conta a realidade territorial existente, o potencial do Concelho, as dificuldades que atravessa, o papel institucional da Câmara e dos vários parceiros e operadores, os financiamentos e os planos que lhe estão subjacentes, nomeadamente, o alinhamento com a estratégia para Portugal nos próximos 10 anos.-----

Um Plano pensa sempre a médio/longo prazo e a estratégia está definida. Foi assumida pelo Governo Partido Social Democrata, merece acolhimento nas suas linhas gerais no âmbito do Plano para a Região Centro, e por outro lado, acompanha de perto o Plano Estratégico para a Sub-região de Coimbra.-----

Procurou-se ter uma redação simples, percetiva e clara no documento, que nada tem de Copy/Paste.-----

Aliás, não ouvi da vossa parte uma crítica, a não ser algumas pontuais sobre o plano de ações, feitas pelo deputado municipal Carlos Manuel Rabadão.-----

A questão da segunda habitação, por exemplo, pode ser uma grande ameaça. Veja-se a zona circundante do novo Hotel, algumas urbanizações praticamente abandonadas, onde seguramente poderemos ter de encarar problemas no futuro. Na concretização de um Plano Urbanístico é sempre mais saudável que não haja excessos de oferta, e por outro lado, que haja uma procura equilibrada. Se me perguntar se para o



Imposto Municipal sobre Imóveis é uma ameaça, eu digo não, mas se me perguntar se para a questão da sustentabilidade da cidade será uma ameaça, eu já diria sim.-----

Outra crítica é a questão das relações mensuráveis. Normalmente, os Planos Estratégicos têm relações mensuráveis porque partem de um suporte financeiro, vulgarmente designado por envelope financeiro. Isso é claramente perceptível no Portugal 2020.-----

Nós não temos o levantamento analítico, embora grande parte dele esteja sustentado nos últimos Censos de 2011, cujos resultados integram também este Plano Estratégico de Desenvolvimento, como dado de referência. Por se tratar do primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento não temos referências estatísticas que nos permitam dizer o nível em que estamos e qual pretendemos atingir.-----

Por exemplo, nós desconhecemos, e a maior parte das pessoas desconhece, qual é a faturação do Produto Interno Bruto do Concelho. A maior parte das pessoas nem sabe que o Concelho, neste momento, produz 42% da riqueza do distrito! Pouca gente sabe que o Concelho produz quase 1/3 da produção da Região! Pouca gente sabe, ou não quer acreditar que, por exemplo, o nosso setor industrial está pujante e em franco crescimento, que poucas são as empresas a acusar decréscimo, o que é excelente!-----

A realidade será mensurável quando se fizer o levantamento deste e de outros aspetos. Tal acontecerá quando se conhecerem os planos operacionais.-----

Numa política de intervenção territorial, que a Europa quer de Regiões, é necessário apontar os objetivos, e eu convido-os a lerem os outros Planos Estratégicos de Desenvolvimento e garanto-vos que o nosso é mais perceptível. Poderão dizer que é menos ambicioso, mas é muito mais realista e seguramente exequível no seu prazo médio de cumprimento.-----

Ouvi com atenção as vossas críticas e tomo-as como um processo de vivência democrática de não aceitação, porque o Plano Estratégico de Desenvolvimento não é da vossa autoria, mas não ouvi da vossa parte a rejeição de qualquer ideia.---

Se virem e analisarem bem o documento, a fixação dos objetivos tem de ser, por natureza, abrangente (pode figurar esta ou aquela situação em particular, nomeadamente, na divisão administrativa ou de Freguesias, ou de território, porque aí poderíamos já entrar numa situação de desagregação), porque se pretende, fundamentalmente, uma grande coesão territorial e acrescidos níveis de competitividade.-----



A questão mencionada de se melhorar a iluminação das Freguesias, se porventura, no Plano de Eficiência Energética conseguirmos diminuir muitos dos custos, poderemos retomar alguma iluminação que agora foi apagada. Mas são questões de pormenor e não colocam em causa a bondade do documento. Obviamente, há espaços públicos com excesso de iluminação e isto não quer dizer que haja uma ou outra área menos cuidada.-----

O aspeto fundamental é diminuir os custos ao limite do possível, com recurso a novas tecnologias e com o financiamento que daí possa advir.-----

Quanto ao ordenamento do território, tomamos em consideração algumas incongruências do atual Plano Diretor Municipal, e estamos atentos às realidades sem sentido, nomeadamente, núcleos urbanos desgarrados, mas é matéria referida pelo deputado municipal José Elísio Oliveira que não podemos alimentar, porque o Plano Regional de Ordenamento do Território já diz claramente que nas áreas rurais possa haver maior ambição de construção.-----

A questão das ligações urbanas, nós não tomamos em consideração aspetos pontuais de extinção de estradas, porque temos a consciência e a certeza de não haver mais dinheiro para rodovias e, também, porque conhecemos o contexto financeiro que viveremos nos próximos 10 anos, pelo menos, até à concretização do Plano de Saneamento Financeiro em curso. Digamos que as novas ligações urbanas não é um investimento que possa ser já assumido pela Câmara Municipal, em termos de Plano Estratégico de Desenvolvimento.-----

O Turismo de Saúde não exclui as pretensões do deputado municipal João Paulo Tomé. Não se fala concretamente se é para a vesícula, fígado ou fisioterapia, mas evidentemente integra as medicinas alternativas. Tendo nós previsto o Turismo Sénior haverá necessidade de articular a política de turismo com a boa oferta de cuidados de saúde. O Hospital que temos não exclui necessariamente aquilo que foi referido pelo deputado municipal João Paulo Tomé, nomeadamente, a gerontologia e a saúde sénior.-----

Quem me dera ser mais ambicioso na política de transportes, assim nós tivéssemos também o tal envelope financeiro para sustentar uma política e um serviço municipal de transportes. O Município sustenta em cerca de 500 mil euros a atual linha de transportes públicos, recebemos cerca de 150 mil euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro, ou seja, a autarquia subsidia os transportes públicos em cerca de 350 mil euros. Não podemos ter a ambição de definir uma rede municipal de transportes públicos por não termos envelope financeiro que o permita e, por



outro lado, a questão da tal massa crítica que é a falta de utentes. Neste momento, neste contexto e de forma realista, sob pena de estarmos a apresentar uma estratégia descontextualizada, esta é a rede de transportes que podemos sustentar.-----

Algumas das atividades que o deputado municipal José Elísio Oliveira falou, como o karting e o hipismo para Lavos, não estão excluídas neste Plano Estratégico de Desenvolvimento, só não aparecem detalhadas por não terem, para já, sustentação financeira.-----

A política social pode ser uma divergência que temos entre nós, mas é claramente um objetivo a manter, sempre fortemente empenhados na manutenção da necessária coesão social, porque temos a certeza e convicção que isso contribui em muito para o bem-estar e para a pacificação do nosso Concelho.-----

Para concluir, este documento é dinâmico e admite, em qualquer altura, a inclusão de outras ações se, porventura, elas se afigurarem exequíveis. O que não faz sentido é estar a fugir da realidade, e antecipar desígnios ou sonhos sem o mínimo de sustentabilidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Concordo com o Presidente da Câmara sobre as pessoas não terem noção da nossa pujança em termos industriais e económicos, não só em termos de região, mas nalguns setores até em termos nacionais, e não se canse de repetir isso. As pessoas não sabem porque ninguém lhes diz! Porque não se interessam! Nós temos muita boa indústria na Figueira da Foz.-----

Isto faz-me recordar o saudoso Tó Zé na Assembleia da República, quando o Presidente insistia para ele dizer o que estava mal, o Tó Zé metia a viola no saco.-----

Aceito a sua crítica por não ter lido o documento, agora, decerto entenderá que os deputados municipais todos têm as suas vidas profissionais e pessoais, sendo-lhes, por isso, difícil estudar este Plano Estratégico de Desenvolvimento num curto espaço de tempo. O Tó Zé tinha tempo, mas não tinha jeito, e se calhar, nós temos jeito, mas não temos tempo para isso.-----

Além destes brevíssimos comentários e de agradecer a sua intervenção, colocar-lhe-ei uma questão final.-----

Tendo o Presidente da Câmara e os restantes elementos do executivo acompanhado a elaboração deste Plano Estratégico de Desenvolvimento, na sua opinião diga-me o que este Plano Estratégico de Desenvolvimento trouxe de novo para a cidade, do



ponto de vista estratégico?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu acho que já respondi com toda a clareza. As estratégias definidas estão enquadradas no Plano de Ação. Terei mais dificuldade se me perguntarem, depois, como se materializarão outros Planos que tivemos de acolher.-----

Muitas das ações descritas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, quase mais de 50% delas, estão a ser objeto do nosso trabalho e dedicação, portanto, isso é uma estratégia no sentido de compromisso.-----

Ou seja, no fundo, este é um documento transparente e é com ele que nos vamos comprometer.-----

Se quiserem analisar as ações uma a uma, eu poderei dizer-vos o nível de comprometimento, se estão ou não numa fase embrionária. Outras estão aqui perspectivadas já a acolher a estratégia definida pelo Acordo de Parceria.

Os senhores querem uma expressão que assuma um desígnio, por exemplo, pôr a Figueira na moda, ou Figueira a capital do Atlântico. Bom, até com alguma insistência assumimos aqui uma designação de «Figueira 2030 - Território Sustentável do Atlântico». É uma expressão...-----

E tudo aquilo que é apresentado nos vários eixos corresponde a planos de ação e de intervenção que consolidam um território sustentável."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Quando disse não ter lido o documento quis dizer que não o li na íntegra, porque eu, ao contrário de outros, não gosto de falar sobre aquilo que não leio pelo menos minimamente. O que li foi suficiente para dar a opinião que dei.-----

A sua resposta não me satisfez. Questionei-o se olhou para este Plano Estratégico de Desenvolvimento e o considerou «brilhante», por conter variadíssimas coisas de que nunca se iria lembrar, e se pensou em aproveitá-lo para desenvolver a Figueira da Foz? É para isso que serve um documento estratégico, é para o Presidente da Câmara olhar para ele, mas não fica obrigado a cumpri-lo.-----

Do pouco ou muito que li, e os meus colegas transmitiram-me a mesma sensação, fez-me questionar o que é que este documento tem de novo.-----

Nem que fosse em termos setoriais como afirmou o deputado municipal Vitor Figueiredo Pais. O deputado municipal Nuno Melo Biscaia falava há pouco, por



exemplo, do aeródromo, eu falo do golf, é pouco, mas já era qualquer coisa. Ajudou-me a definir a minha estratégia para a Figueira da Foz por isto ou por aquilo. Qual a mais valia deste documento para a Figueira da Foz, para além das banalidades que já referi? Agora, este documento não fala de nada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Acho que ainda não nos afastamos da política de investimento e dinheiros públicos. Ainda não conseguimos sair daqui - o que vai fazer? Vai construir um campo de golf? Vai construir mais dois ou três chafarizes? Não!-----

Em termos de ambição de investimento tenho aqui algumas variadas intervenções, tal como a recuperação dos espaços públicos, a intervenção na Serra da Boa Viagem, na praia, lagoas, parques industriais, lutar pela ampliação e afirmação do Porto da Figueira da Foz, ajudar na competitividade das nossas empresas, apostar seriamente na agroindústria, projetando e valorizando o crescimento já perceptível das nossas empresas locais, mais ambição ao nível da aquacultura, porque a água é do domínio da intervenção pública.-----

No domínio da ação social o combate à exclusão, ao insucesso escolar, a continuidade da inclusão da comunidade cigana, etc...-----

Enfim, a vários níveis há aqui opções bem definidas. Agora, não é só a Câmara Municipal que desenvolve o Concelho. O Município cria as condições administrativas, políticas e públicas para que a comunidade, no seu todo, possa desenvolver o espaço concelhio.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Eu não sou tão pessimista como alguns deputados municipais aqui já se manifestaram relativamente aos objetivos. Eu acho que estão aqui alguns objetivos, embora haja algumas coisas demasiado evasivas.-----

Passar o Porto Comercial para o lado Sul, deixar o Porto do lado de cá para Porto turístico, fazer o prolongamento da Linha férrea, na minha opinião, já define uma estratégia. Ampliar a Zona Industrial, a Plataforma Logística, isto define uma estratégia de desenvolvimento industrial. Noutras áreas o Plano Estratégico de Desenvolvimento pode não ser tão específico.-----

Falei em tiro, hipismo e karting, mas pode ser isto ou outra coisa qualquer. O que eu acho é que aquele espaço deve ser objetivamente definido para este tipo de atividades.-----

O Dr. Santana Lopes, logo ao princípio e não sabendo bem com quem lidava, pôs a



hipótese de lá instalar o Campo de Futebol, logo aí umas vezes se levantaram a dizer que aquele local não era o ideal para aquele desporto, e sim perto da Marina, junto ao Café Nau. Talvez agora ao falar-se num karting digam o mesmo. Há sempre esse risco.-----

Duma coisa eu não abduco e volto a insistir - a estrada do nó da A17 ao nó da Soporcel é fundamental para o desenvolvimento industrial e para a Plataforma Logística. Os camiões e semi-trailers saem da A17 e circulam carregados de toros e pasta de papel por dentro de Marinha das Ondas e Carvalhais!!! Isto é o 14.º mundo?!-----

Torna-se indispensável mencionar essa estrada, em letras maiúsculas, neste Plano Estratégico de Desenvolvimento. Não é para a Câmara Municipal fazer, é para constituir um lobby, encabeçado pelo Presidente da Câmara, que terá de funcionar com os diversos agentes políticos e económicos da Região para lutar pelo Porto da Figueira da Foz e por todas as outras coisas.-----

Quanto ao social, volto a dizer, gostava de saber para que são os 03 milhões da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal? Porque é que os seus arrendatários não pagam as rendas? Sou a favor da integração, mas andar o meu dinheirinho aí a vaguear porque uns tantos não pagam as rendas à Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Depois de ouvir as intervenções do Presidente da Câmara, retiro a Moção que apresentei."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Passo a ler a Moção conjunta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda:-----

«A Figueira da Foz possui infraestruturas suscetíveis de fomentar o Turismo de Saúde, podendo mesmo destacar-se nesse âmbito a nível internacional.-----

Sugere-se que a Câmara Municipal nomeie um Grupo de Trabalho para o Turismo de Saúde com objetivos, planeamento e dead lines bem definidos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Estou um tanto perplexa na medida em que, há pouco, quando o deputado municipal Nuno Melo Biscaia se referiu à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, perguntou quais eram e onde estavam as infraestruturas superiores a alguns polos de referência a nível internacional. Certo é que a



referência a tais infraestruturas é recuperada para esta nova Moção, e eu que até nem estava muito curiosa em saber onde elas estavam, neste momento, estou.-- A Coligação Democrática Unitária vai votar contra a Moção por considerar que o Turismo de Saúde não é, neste momento, a prioridade, e ainda, por estar «escaldada» com os resultados de outros Grupos de Trabalho que foram criados.--- O que leva a Coligação Democrática Unitária a votar a favor do Plano Estratégico de Desenvolvimento não é uma listagem de intenções, e algumas coisas anseia que aconteçam, e esteve muito balanceada para a abstenção, é ter decidido dar este voto de confiança."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Eu tive a oportunidade de acompanhar amigos a diversas partes do Mundo onde existe Turismo de Saúde a sério, e posso afirmar que a Figueira da Foz localizada no centro do País, com razoáveis vias de transporte, o Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra considerado uma unidade de ponta em qualquer sítio do Mundo, especialmente a nível de cirurgia cardiovascular, o Hospital Distrital da Figueira da Foz, cujas valências perdidas poderão ser recuperadas se conseguirmos trazer para cá o Turismo de Saúde, tem infraestruturas para se avançar com esta ideia.-----

A Figueira da Foz tem a nível nacional, com todos os defeitos porque os há, a melhor rede de cuidados primários. -----

O Turismo de Saúde apenas virá acrescentar maior força à Figueira da Foz em termos de cuidados primários e continuados de saúde, e maiores valências para o Hospital Distrital da Figueira da Foz, acrescentando a gerontologia que não existe."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Um pouco ao arrepio daquilo que é a conduta normal da Coligação Somos Figueira, iremos votar favoravelmente esta Moção conjunta do Partido Socialista e Bloco de Esquerda, embora nos sintamos um pouco aliviados porque a Coligação Democrática Unitária vota contra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Luis Mendes Ribeiro, Ana Raquel Correia, João Filipe Carronda, José Augusto Mateus, Maria Fernanda Lorigo e Vitor dos Santos Madaleno, e da Coligação Somos



Figueira João Gomes Lopes e Vânia Duarte Batista, deliberou sob proposta da Câmara e em cumprimento da alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

1 - Por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a Moção subscrita pelos grupos municipais do Partido Socialista e Bloco de Esquerda, no sentido da Câmara Municipal nomear um Grupo de Trabalho para o Turismo de Saúde, com objetivos, planeamento e «dead lines» bem definidos;-----

2 - Por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, e dez votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira, aprovar o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE APROVOU O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a aprovação do relatório de avaliação de execução do Plano Diretor Municipal, e a consequente abertura de novo procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, com fundamento no facto de terem decorridos 16 anos sobre a sua anterior revisão e os trabalhos subsequentes estarem desadequados com as realidades atuais.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Tendo em conta a deliberação que veio da reunião de Câmara de 15 de setembro, onde foram aprovadas, por unanimidade, as alíneas d.1), d.3) e d.4), e por maioria, com os votos contra dos Vereador da Coligação Somos Figueira, a alínea d.2), eu colocaria à consideração do plenário a votação alínea a alínea, ou a votação das alíneas d.1), d.3) e d.4) separadamente da alínea d.2)."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Já se tinha falado sobre isso, e a Mesa aceita a votação das alíneas d.1), d.3) e d.4) separadamente da alínea d.2)."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----



MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Eu não li o documento na sua totalidade, admito que a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz o tenha lido na íntegra, mas gostaria de colocar algumas questões. Como será feita a discussão pública do documento? Em que fase será a Revisão do Plano Diretor Municipal colocada a discussão pública?" -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O documento aqui apresentado elenca uma série de questões, traduz-se numa atualização do Plano Diretor Municipal desde a sua última aprovação, e abre a audição pública com a aprovação em sede da Assembleia Municipal.-----

Temos já alguns aportes, nomeadamente, os que advêm da Agenda 21 Local onde muitas questões foram suscitadas nas Freguesias, as quais podem ser reavivadas e atualizadas. Outros contributos surgirão, entretanto, sobre outras matérias que, porventura, possam não ter sido suscitadas no âmbito da Agenda 21 Local.-----

A audição está em aberto e todas as participações são bem-vindas.-----

Findo o período da audição, serão definidos os verdadeiros objetivos para a revisão do Plano Diretor Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O Presidente da Câmara explicou que após a aprovação deste documento por esta Assembleia Municipal a fase de audição pública fica aberta. Como é conduzido esse processo para o cidadão comum saber que pode participar?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Município publicará Editais dando nota desse procedimento, indicando os locais para onde devem ser remetidos os contributos, em princípio, para a Divisão de Urbanismo e para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal, e determinará os contactos, as linhas, os meios e o prazo para o poderem fazer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Deduzo, pelo que ouvi, que a Câmara já tem feita uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não há proposta, mas nós já temos um manancial de informação para ser trabalhada, e que constituirá a proposta propriamente dita. - Depois da audição, eventualmente, iremos proceder à discussão pública junto das



Freguesias para «fechar» a proposta final, a qual será enviada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.-----

Depois, o processo desenvolver-se-á nos termos da lei, com consultas às diversas entidades que tutelam o território, tais como, a Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, Reservas Naturais, etc.-----

Uma série de questões já tiveram algum tratamento, nomeadamente, já sabemos de zonas que não estão licenciadas, outras implicam a Revisão do Plano Diretor Municipal para se compatibilizarem com os interesses locais, sabemos que há interstícios disparatados entre zonas urbanísticas sem qualquer sentido...-----
Enfim, já há uma série de informação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Quer com isso dizer que vamos repetir a via sacra toda desde o princípio?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O formalismo legal esgota-se com a audição por trinta dias. E, eventualmente, se houver algum aspeto crítico a merecer clarificação, então abrir-se-á a discussão pública.-----

Nesta fase será mais uma compatibilização com a vontade das populações e alguns desígnios estratégicos, do que estar aqui a procurar novas questões.-----

No fundo, conciliar-se-á o Plano Diretor Municipal à Estratégia e aos Planos lançados ao longo dos anos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Luis Mendes Ribeiro, Margarida Pinto Cunha, Ana Raquel Correia, João Filipe Carronda, José Augusto Mateus, Maria Fernanda Lorigo e Vitor dos Santos Madaleno, e da Coligação Somos Figueira João Gomes Lopes e Mário Silva Esteves, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua última redação, aprovar:-----

1 - A abertura do procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, com um prazo previsto de dois anos para a elaboração da proposta de alteração;-----

2 - A abertura de um período de prévia participação pública, destinado à



formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões no âmbito deste processo, pelo prazo de trinta dias, contados desde a data da publicação em Diário da República do aviso de abertura do procedimento de revisão;-----

3 - A realização da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal, nos termos da legislação aplicável.-----

Deliberou, ainda, por maioria, com vinte votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, e dez votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira, aprovar os objetivos estratégicos a prosseguir com esta Revisão do Plano diretor Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava a votação a aprovação da segunda parte desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Luis Mendes Ribeiro, Margarida Pinto Cunha, Ana Raquel Correia, João Filipe Carronda, José Augusto Mateus, Maria Fernanda Lorigo e Vitor dos Santos Madaleno, e da Coligação Somos Figueira João Gomes Lopes e Mário Silva Esteves, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, deliberou, por unanimidade aprovar a segunda parte desta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a segunda parte desta sessão eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----